



NÃO DESISTIMOS!

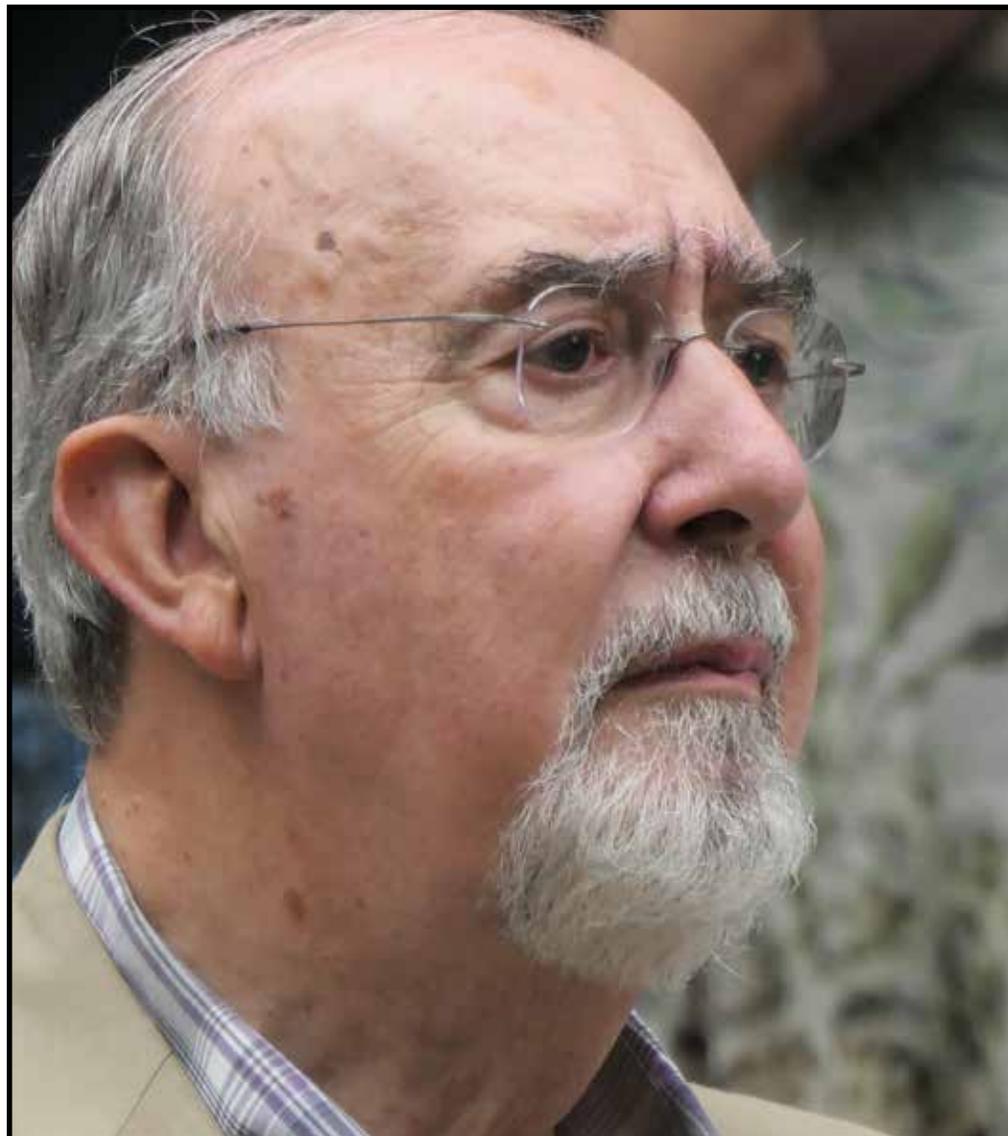
PAULO SUCENA É SÓCIO HONORÁRIO DO SPN

No dia 10 de junho de 2018, o Sindicato dos Professores do Norte atribuiu a Paulo Sucena – distinto professor e sindicalista, anterior secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e um prezado amigo e colaborador do SPN ao longo dos tempos – a distinção de Sócio Honorário, após decisão da Assembleia Geral de Sócios nesse sentido.

A cerimónia decorreu ao ar livre, nas instalações do Edifício Cristal Park, onde se encontra a sede do sindicato, imediatamente após uma reunião dos Corpos Gerentes, e compreendeu um ‘Porto de Honra’ alusivo ao evento e um momento musical, com o projeto Disco Voador (Joana Manarte e Tiago Enrique), que interpretou um pequeno conjunto de canções – entre as quais, “Ninguém sabe”, um poema do próprio Paulo Sucena musicado pelo cubano Pepe Ordás.

O agradável convívio que singelamente se viveu nessa tarde contou, na abertura, com algumas palavras evocativas da coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, e uma pequena intervenção do homenageado, num registo de agradecimento e satisfação pelo acto que ali se comemorava.

Abel Macedo
direção do SPN



Após a atribuição da distinção aos falecidos professores Ruy Luís Gomes e Óscar Lopes, Paulo Sucena passou a ser o terceiro sócio honorário do Sindicato dos Professores do Norte.

spinformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Reis, Rogério Ribeiro

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Capa** Adriano Rangel **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

9A 4M 2D: PROFESSORES NÃO DESISTEM!

[editorial]



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

O ano letivo 2017/2018 ficará na história da profissão docente como um ano de luta particularmente intensa, em defesa da profissão e da escola pública. Nesta edição, faz-se o historial desse processo, que incluiu, entre outras iniciativas, petições e abaixo-assinados, concentrações e manifestações e ainda greves nos três períodos letivos.

De entre as principais reivindicações, a recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias congelados para efeitos de carreira veio a assumir grande centralidade. É uma exigência que se funda em razões de justiça e equidade relativamente a outros trabalhadores da Administração Pública, mas, igualmente, no compromisso assumido pelo Governo e pelas organizações sindicais em novembro do ano passado, na Lei do Orçamento do Estado para 2018 e na Resolução nº 1/2018 da Assembleia da República. Momento marcante da luta em curso foi a greve às reuniões de avaliação, a mais prolongada de sempre. Por registar níveis de adesão próximos dos 100% durante várias semanas, por denotar uma extraordinária capacidade de organização, por constituir uma expressiva manifestação de força, vitalidade e unidade. Alguns depoimentos de professores que dinamizaram o processo nas suas escolas dão conta das virtualidades da dinâmica criada. Algo que merece ser sublinhado, desde logo, porque constitui um valioso capital de luta.

Tendo sido exemplar, a greve não deixou, contudo, de revelar algumas dificuldades e incompreensões. Tratando-se de um processo de luta complexo, com objetivos difíceis de atingir no imediato, a estratégia sindical procurou acautelar, não o que alguns professores são capazes de fazer, mas o que a maioria está em condições de poder assumir. E sobre o prosseguimento da luta, a resposta à consulta não deixou dúvidas: mais de dois terços consideraram que, com o retorno do ME à mesa negocial, a greve devia ser suspensa, mas a luta retomada no início do próximo ano letivo, caso as propostas apresentadas não vão ao encontro das reivindicações dos professores.

Deixar que a indignação, que justamente sentimos, nos empurrasse para lutas em que fôssemos perdendo força – por cansaço e falta de expectativas ou, mais grave ainda, pelo eclodir de conflitualidade que rapidamente levaria à quebra da unidade que se verificou nas escolas –, seria comprometer tudo o que de positivo se construiu, hipotecando a ação futura.

As ilegalidades a que o ME recorreu para tentar travar a greve não impediram a anulação de dezenas de milhares de reuniões de avaliação, obrigando o Governo a reabrir a negociação. Esse é um avanço que deve ser valorizado, mas é uma oportunidade que só será concretizada se nos mantivermos mobilizados e unidos. Por outras palavras, o resultado da negociação vai depender fundamentalmente da pressão que formos capazes de fazer sobre o Governo durante o processo negocial que se inicia a 7 de setembro. É para esse momento, de discussão do Orçamento de Estado, que temos de transportar a força que esta greve deu à luta.

E por isso, em setembro, cá estaremos: no dia 5, em Lisboa, no Plenário Nacional de Quadros Sindicais, e no dia 17, nas escolas, a assinalar o início das aulas com uma paragem ao abrigo da lei sindical, em reuniões onde faremos o ponto da situação negocial e, caso a insuficiência das propostas do Governo a isso obrigue, discutiremos o passo seguinte – greve(s) e manifestação nacional na semana que termina no Dia Mundial do Professor, 5 de outubro. Não desistimos de nenhuma luta até atingirmos os nossos objetivos!

Nesta edição divulgamos algumas conclusões do estudo sobre o desgaste da profissão docente, que resultou de uma parceria da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) com a Universidade Nova de Lisboa. Sem surpresa, 76% dos professores apresentam índices significativos de desgaste profissional, 43% assumem que não se sentem realizados profissionalmente, mas, divergindo de outros estudos, apresentam um baixíssimo índice de despersonalização/desumanização – mesmo em estado de exaustão emocional, os professores não se desligam dos seus alunos; é aí que encontram algum estímulo para continuarem a trabalhar... Nunca se esquecem de que são professores!

Os resultados deste estudo constituem um importante instrumento para pressionar o Governo a tomar medidas que atenuem as causas do desgaste. Mas servirão também para sensibilizar os pais/ encarregados da educação para as razões da nossa luta e reafirmar perante a sociedade que melhores condições de trabalho para os professores são melhores condições de aprendizagem para os alunos, que o sucesso educativo dos alunos é condição de realização profissional dos professores e que a recomposição da carreira docente é fator de atratividade da profissão, logo, de garantia da qualidade da formação das novas gerações.

Esta é uma luta difícil, mas não mais do que outras que temos travado: contra a candidatura ao 8º escalão; pela contagem integral do tempo de serviço (nos governos de Cavaco Silva e António Guterres); contra a divisão da carreira em categorias... Para referir apenas três exemplos de processos de luta longos e que, contra as expectativas de muitos, acabaram bem-sucedidos.

Desta vez não vai ser diferente. Saibamos resistir a divisões, persistir nos objetivos, lutar de forma organizada e acreditar que será possível... e tornar-se-á possível,



SERIA ÚTIL CONTINUAR A GREVE ALÉM DE 13 DE JULHO?

Esta crónica conhecerá novos episódios, pois a luta vai continuar. Tem de continuar! E com uma única certeza – como em tantos outros processos, o que resultar deste dependerá fundamentalmente dos educadores e professores!

As dez organizações sindicais docentes que entregaram pré-avisos de greve às reuniões de avaliação a partir de 18 de junho entenderam que 13 de julho era o limite ajustado para que os educadores e professores pudessem finalizar as tarefas relativas ao presente ano letivo e usufruir de um merecido descanso, renovando forças para o início do próximo ano letivo, em que as negociações vão ser retomadas, após um período estival que, tradicionalmente, é tempo de férias escolares, mas também para deputados, governantes e a maioria dos portugueses.

Os docentes têm consciência de que a luta não está terminada porque as respostas do Governo ainda não o permitem. O desbloqueamento verificado é um passo para que as negociações decorram de outra forma, mas será a pressão que for exercida através da luta reivindicativa que levará à obtenção dos resultados que, justamente, os professores exigem. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sempre recusou a realização de reuniões negociais durante o período de férias dos professores, por considerar que as negociações devem ter lugar com os professores nas escolas, em condições de as acompanharem ativamente. Por outro lado, a luta deve articular-se com a negociação, e essa prosseguirá em setembro, não na segunda quinzena de julho!

Essa foi, de resto, a posição largamente maioritária expressa na consulta promovida pelas organizações sindicais. Importa lembrar que 67,9% dos 50.738 professores respondentes defenderam que, com o retorno do ME à mesa negocial, “a greve deve ser suspensa, como sinal de abertura à negociação, mas a luta deve ser retomada no início do ano letivo, caso as propostas apresentadas não vão ao encontro das reivindicações dos professores”.

A razão em tempo. Acresce que, perante o enorme esforço dos professores que mantiveram a greve durante quatro semanas (ou mais, nas escolas que a iniciaram mais cedo), com níveis elevadíssimos de adesão, não seria sindicalmente responsável correr o risco de deixar esvaziar a luta por desgaste dos professores, num período inútil para a negociação. Isso iria criar divisões entre os docentes e enfraquecer a unidade que se tem verificado nas escolas, que é um dos aspetos mais positivos nas dinâmicas criadas. Passados alguns dias sobre o fim da greve, percebia-se com mais nitidez que o risco era real e que a generalidade dos professores parou a greve no momento adequado, com consciência da força da sua luta e antes que essa força fosse posta em causa por divisões e conflitos internos, geradores de mal-estar e frustração.

Em 2017/18 os professores lutaram muito e bem. A greve às avaliações no 3º período foi, a muitos níveis, excepcional. A força e a determinação demonstradas pelos professores obrigaram o Governo a reabrir as negociações. Foi a grande união dos professores que permitiu o impacto que a greve teve e será essa união, nas lutas de setembro e outubro, que poderá permitir que o Orçamento de Estado de 2019 contemple a primeira tranche da recuperação de todo o tempo congelado e uma perspetiva de recuperação do restante.

CRÓNICA DE UMA LUTA QUE VAI CONTINUAR

O mote foi dado há um ano (21.06.2017), em conferência de imprensa, onde a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) anunciou que 2017/2018 seria ‘tempo de resolver problemas’. Tema de uma campanha que acabaria por enquadrar a ação do trabalho sindical realizado no ano letivo que agora finda.

O lançamento da campanha “Valorizar a Educação e os seus profissionais; 2017/2018: Tempo de resolver problemas” que ocorreu em vários pontos do país, no dia 13 de setembro de 2017, avançava com os seguintes objetivos:

- descongelamento das carreiras para todos os professores a partir de janeiro de 2018;
- aprovação de um regime específico de aposentação para os docentes;
- alteração de aspetos do regime de concursos que estão na base das injustiças que têm vindo a público, com a realização de um novo concurso geral (interno, externo, mobilidade interna e contratação) em 2018, bem como um novo concurso de integração extraordinário;
- integração de todas as atividades letivas atribuídas aos docentes na sua componente letiva, sendo, desde já, lançada a discussão nas escolas sobre a realização de greve a essas atividades sempre que estas tenham sido integradas na componente não letiva;
- defesa da gestão democrática para as escolas e combate a qualquer tentativa de imposição de um processo de municipalização da Educação.

Estas e outras questões viriam a ter consagração reivindicativa no plenário de educadores e professores realizado no dia 4 de outubro (no âmbito do Dia Mundial dos Professores), em Lisboa. O plenário aprovou um plano de ação diversificado e avançou o dia 20 de outubro como data-limite para o Governo calendarizar processos negociais relativos à Educação Pré-Escolar e aos ensinos Básico e Secundário, mas também à Educação Especial, ao Ensino Superior e ao Ensino Particular e Cooperativo.

A discriminação. Marco importante na definição da luta, não de todo inesperado, mas ainda assim surpreendente, foi o resultado de uma reunião realizada no dia 12 de outubro, onde se ficou a saber, com toda a clareza, que a carreira seria descongelada em janeiro deste ano, mas, contrariamente ao que aconteceria com a restante administração pública, o tempo de serviço prestado pelos educadores e professores não seria considerado, porque, “quando estabeleceu o descongelamento, o legislador disse duas coisas: nas carreiras que tenham pontos, eles são contabilizados” para efeitos de progressão aquando do descongelamento, enquanto que “nas carreiras cujo elemento determinante na progressão seja o tempo” como é, no seu entendimento, o caso dos professores, “o tempo

é congelado e não conta” (secretária de Estado da Administração Pública, Maria de Fátima Ferreira).

Um profundo sentimento de discriminação e injustiça levou os educadores e professores a darem um primeiro sinal de protesto, com uma expressiva participação na greve da Administração Pública de 27 de outubro, que levou ao encerramento de 90% das escolas, por força da ação conjugada do pessoal docente e não docente.

E porque a luta, que se previa prolongada, ainda estava numa fase inicial, outros desenvolvimentos foram surgindo, como a entrega no Ministério da Educação e na Assembleia da República do abaixo-assinado/petição “Pela Valorização da Educação e dos seus Profissionais”, com 20 mil assinaturas, onde constava o essencial das propostas dos educadores e professores. Outra ação foi a marcação de uma greve da toda a atividade desenvolvida diretamente com alunos que se encontrava inscrita na componente não letiva, realizada entre 6 e 21 de novembro.

A gramática. Dada a persistência do Governo na intenção de não contar o tempo de serviço congelado, o passo seguinte foi a marcação de uma nova greve para 15 de novembro. Resultante de um apelo da Fenprof à ação convergente, esta greve foi convocada por dez organizações sindicais de professores. O dia de greve seria, igualmente, dia de concentração de educadores e professores em frente à Assembleia da República, onde o ministro da Educação iria ser ouvido.

A forte adesão à greve e a concentração do dia 15 de novembro acabaram por ter um papel decisivo no desenvolvimento dos acontecimentos, levando à assinatura de uma declaração de compromisso entre o Governo e os sindicatos na madrugada de 18 de novembro, a culminar a realização de várias reuniões com representantes dos ministérios da Educação e das Finanças – a última durou mais de 10 horas e terminou perto das cinco da madrugada.

A última questão a dirimir prendeu-se com um artigo definido: em causa esteve a redação de “recuperar tempo de serviço” ou “recuperar o tempo de serviço”. A declaração de compromisso acabou por consagrar ‘o’ tempo de serviço, e não apenas parte, o que viria a ser reafirmado na Lei do Orçamento de Estado/2018 (artigo 19.º) e na Resolução n.º 1/2018 da Assembleia da República, aprovada sem votos contra. Além das questões relacionadas com a recomposição da carreira, a declaração de compromisso assume, ainda, que se irá “iniciar um processo de discussão relativo aos horários de trabalho dos professores e às questões relacionadas com o desgaste e o envelhecimento dos docentes



O apagão. No entanto, desenvolvimentos posteriores vieram a provar que o ponto sete da declaração, em que ambas as partes assumem o compromisso de “boa-fé”, era letra morta para o Governo. Uma Tribuna Pública em Lisboa (7 de dezembro) e a realização de dois plenários de educadores e professores, um descentralizado (6 de dezembro) e outro nacional (dia 2 de fevereiro), marcaram a ação sindical neste período, a par das centenas de reuniões realizadas nas escolas, que movimentaram milhares de professores desde o início deste processo. Reuniões em que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof foram construindo, através de sucessivos acordos, as propostas que foram sendo apresentadas no ME, de que a proposta para a recuperação do tempo de serviço (faseada até 2023) é o exemplo mais ilustrativo.

Em finais de fevereiro, o Governo dá a conhecer às estruturas sindicais a sua proposta para a recuperação do tempo de serviço. De forma surpreendente, supostamente para “manter a equidade entre as carreiras da administração pública” a proposta é de recuperar 2 anos, 9 meses e 18 dias, ou seja, o Governo pretende apagar 70% do tempo cumprido pelos docentes.

Absolutamente inaceitável, dizem os educadores e professores, que responderam com nova greve, desta vez ao longo de uma semana (13 a 16 de março) e pelas diferentes regiões do país. No Norte, aconteceu no último dia e teve uma adesão estimada acima dos 75%.

A manifestação. À entrada do 3.º período, começou a ganhar corpo a ideia de que os docentes deveriam realizar uma ação de rua que desse visibilidade pública à sua indignação. E escolheram o dia 19 de maio para a realização de uma manifestação, em Lisboa. Disseram presente mais de 50 mil educadores e professores, que encheram a Avenida da Liberdade exigindo respeito.

Respeito pela profissão e pela educação; respeito pelo tempo de serviço que cumpriram e pela sua carreira profissional; respeito pelos compromissos que o Governo assumiu e não está a honrar; respeito por horários de trabalho que não ultrapassem as 35 horas; respeito por condições de aposentação que tenham em conta o acentuado desgaste e envelhecimento dos professores. Na moção aprovada no final da manifestação, os educadores e professores afirmam a sua disponibilidade “para continuar a luta, se necessário, ainda no presente ano escolar”.

A chantagem. O ME convoca nova reunião para 4 de junho. Aí, inopinadamente, resolve optar pela chantagem: “ou os sindicatos aceitam a proposta de recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias apresentada pelo Governo, ou o Governo retira essa proposta e não aceita recuperar tempo nenhum”, dando por concluído o processo negocial. Perante a chantagem, os educadores e professores responderam com uma fortíssima greve às reuniões de avaliação.

“Ó COLEGA, NUNCA SE VIU UMA GREVE ASSIM!”

A frase é de uma professora e foi proferida na concentração de educadores e professores no Porto, no dia 13 de julho, dita de forma entusiasta, de quem se sente visivelmente orgulhosa por ser participante “em algo grandioso”. E continuava: “Isto sim, é a verdadeira demonstração da unidade que sempre deveria existir entre nós. Olhe que até o colorido das bandeiras dos sindicatos todos é bonito de se ver!”

Esta concentração foi o culminar de uma etapa do processo de luta empreendido pelos educadores e professores com vista à contagem integral do tempo de serviço prestado – a greve às reuniões de avaliação. É que, face à teimosia do Governo em não contar o tempo de serviço prestado pelos professores (9 anos, 4 meses e 2 dias), as dez organizações, que subscreveram a declaração de compromisso de 18 de novembro de 2017, convocaram uma greve às reuniões de avaliação que numa primeira fase compreendia o período de 18 a 29 de junho e que acabou por prolongar-se até 13 de julho.

As organizações fizeram a convocatória para esta data por imperativos legais, não sem que antes o Ministério da Educação (ME), antevendo uma forte adesão por parte dos educadores e professores, tentasse num ato de intimidação, recorrer à ilegalidade para boicotar a greve. Efetivamente, numa nota informativa datada de 11 de junho, o ME tentou impor práticas ilegais, confundindo o conceito de ‘falta’ ou ‘ausência prolongada’, com o de ‘greve’ e exigindo aos docentes a disponibilização prévia dos elementos de avaliação.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) apelaram aos professores para resistirem e não se atemorizarem e o caso terminou com uma queixa contra a diretora-geral dos Estabelecimentos Escolares, na Inspeção Geral de Educação e Ciência e no Ministério Público. As organizações sindicais entregaram ainda, na Provedoria de Justiça, uma denúncia sobre a referida nota informativa.

Para combater outras tentativas de violação do direito à greve, a Fenprof criou uma aplicação informática onde os professores podiam denunciar eventuais ilegalidades e irregularidades praticadas em algumas escolas.

Níveis de adesão elevadíssimos

A greve começou com uma fortíssima resposta dos professores, inviabilizando a realização de mais de 95% das reuniões de avaliação. Para esta elevadíssima adesão, lê-se em comunicado da Fenprof, “contribuíram diversas declarações de governantes e dirigentes do partido do Governo que, chegando a recorrer a informações falsas, procuraram, dessa forma, manipular a opinião pública virando-a contra os professores”, concluindo que, tal como no passado, “deram-se mal os que julgavam que perdendo os professores ganhavam a opinião pública”. No segundo dia, os dados mostram que a greve cresceu, sinal de uma vontade inabalável por parte dos professores, que desta forma deram uma resposta de força e determinação mantida ao longo de todo o tempo que durou a greve.

Dada a permanente campanha de desinformação, no final da primeira semana de greve, a Fenprof promoveu uma conferência de imprensa “para esclarecer os equívocos, desmontar as mentiras e dizer tudo o que tem de ser dito”. Assim, não é verdade que os professores queiram “receber retroativos do tempo que lhes foi tirado”, ou “receber tudo de uma vez” ou, ainda, que o custo da contagem do tempo de serviço seja de “600 milhões de euros por ano”, como afirma o Governo.

Além da divulgação dos extraordinários números da greve na sua primeira semana, a conferência serviu para reafirmar que o tempo de serviço é para recuperar todo.



EPE e 1ºCEB reforçam a greve

A segunda semana começou reforçada, porque os educadores de infância e os professores do 1º Ciclo aderiram, também de uma forma determinada e entusiasta, à greve. Neste setor, em que, por força das contingências legais é necessário a adesão de um elevado número de professores (50 por cento na primeira convocatória e 2/3 nas seguintes), era expectável uma maior dificuldade na mobilização. No entanto, os dados mostram que os educadores e professores quiseram e souberam promover a mobilização e é com toda a propriedade que se pode afirmar que a greve saiu reforçada com a não realização das primeiras reuniões de conselhos de docentes e da educação pré-escolar.

Estranhamente, ou talvez não, o Governo manteve-se ausente e silencioso. É nesta semana que o ministro da Educação diz que deve haver negociação, mas não a convoca; o Governo divulga custos ditos corrigidos sobre a carreira dos professores, mas continua sem divulgar números concretos e, ao invés de honrar a palavra, cumprindo o compromisso que assumiu, faz reinterpretações do texto que assinou procurando fugir às suas responsabilidades.

Mantendo-se esta posição irresponsável do Governo, a luta dos professores vai manter-se em níveis elevados e aquele que começou por ser um processo reivindicativo comum tende a transformar-se num sério problema político.

Os serviços mínimos e o colégio arbitral

Salvaguardando os prazos legais, e porque desde cedo se percebeu que esta seria uma greve para continuar, as dez organizações sindicais convocaram um segundo período de greve que se estendeu até 13 de julho. O Governo reagiu com o pedido de serviços mínimos a que o colégio arbitral anui, estabelecendo o prazo de 2 a 5 de julho para que se realizem todas as reuniões dos 9.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. A decisão, no entender das organizações sindicais, é ilegal, pelo que requerem uma esclarecimento que o colégio menospreza. As organizações sindicais reagem com recurso ao Tribunal Central Administrativo.

A este propósito, não se pode deixar de denunciar o aproveitamento desonesto e abusivo desta decisão do colégio arbitral para denegrir a imagem da Fenprof e dos restantes sindicatos ditos 'tradicionais'. A alegação de que os árbitros a sortear foram designados pelos sindicatos da plataforma presentes na reunião realizada para esse efeito foi uma das muitas mentiras propagadas durante o processo de luta. Como é sabido, os árbitros são designados por triénio para bolsas existentes no âmbito da Concertação Social e sorteados face à ausência de acordo quanto à existência de serviços mínimos. Nesse conjunto de árbitros há uma advogada que exerce atividade para um dos sindicatos da Fenprof e, por este motivo, foi impedida de entrar no sorteio de árbitros para este caso. Embora esta situação tenha sido testemunhada por todos quantos estiveram presentes na reunião sobre serviços mínimos, que antecedeu a constituição do colégio arbitral, isso não impediu que a mentira se espalhasse nas redes sociais, causando perplexidade e dúvidas em muitos professores. Mais um exemplo de que, lamentavelmente, há quem não olhe a meios para atingir certos fins...

Consulta aos professores

No balanço efetuado no final da segunda semana, em conferência de imprensa, as organizações sindicais realçam os elevados níveis de



adesão à greve; decidem apresentar no ME uma carta aberta (entregue em 2 de julho) exigindo a realização de uma reunião negocial; alertam os professores para a denúncia de eventuais ilegalidades praticadas sob a capa dos serviços mínimos; apresentam um texto que os professores devem incluir na “ata das reuniões realizadas na sequência desta decisão que impõe práticas ilegais”; e anunciam a realização de uma consulta aos educadores e professores no sentido de apurar as estratégias de luta a desenvolver.

Desta consulta, que abrangeu mais de 50 mil docentes, os resultados são inequívocos: 96,4% dos inquiridos não aceitam ser privados de um quarto da sua vida profissional; 93,8% reafirmam a disponibilidade para negociar a recuperação através do faseamento da recuperação do seu tempo de serviço e 81,2% admite que o tempo de serviço a recuperar possa, por opção do professor, ter reflexo na aposentação. Quanto à luta, perto de 70% afirmam que, face à existência de uma convocatória para retomar as negociações, a greve deve ser suspensa.

Serviços mínimos não param greve

Na terceira semana, no essencial, realizaram-se as reuniões abrangidas pelos serviços mínimos, dada a sua obrigatoriedade, mas não as outras. Os níveis de adesão continuaram elevadíssimos, situando-se acima dos 95%. Entretanto, foi necessária a inviabilização de mais de 53 mil reuniões para que, finalmente, e após a entrega de uma carta-aberta, o ME marcasse uma nova reunião para a negociação do processo de recuperação do tempo de serviço – 11 de julho.

De forma incomum, o ME faz acompanhar a convocatória da reunião de um texto em que recupera todos os argumentos do Governo, reiterando o apagão do tempo de serviço. E, em nova conferência de imprensa, desta feita para apresentar os resultados da consulta, as organizações sindicais decidem que, apesar da maioria dos professores consultados considerar que a greve deveria ser suspensa com o retorno do ME à mesa negocial, o texto que acompanhava a dita convocatória não dava nenhuma garantia de que as negociações viessem a ser reabertas, pelo que a greve se manteria pelo menos até ao dia da reunião.

Entretanto, nas escolas, os professores continuavam fortemente mobilizados, pelo que a semana acabou como as anteriores, com um número elevadíssimo de adesão.

Reunião com ministro e fim da greve

No dia 11 de julho, com a presença de muitos educadores e professores no exterior do ME, o ministro recebeu finalmente os representantes das organizações sindicais.

Numa reunião em que estiveram presentes quatro secretários de Estado (das áreas da Educação e das Finanças), o ministro manifestou disponibilidade para negociar uma solução “mais próxima das reivindicações dos professores”, deixando cair, na prática, a proposta anterior dos 2 anos, 9 meses e 18 dias apresentada na reunião de 4 de junho como final, para ‘pegar ou largar’. Aceitou retomar o calendário negocial logo no início de setembro, de forma a poder estar concluído antes da apresentação da proposta de orçamento do Estado para 2019.

Perante o argumento (repetido) da (in)sustentabilidade financeira, Governo e sindicatos acordaram na realização de uma reunião de caráter técnico, ainda em julho (com representantes do Governo e

dos sindicatos), para avaliar, com rigor, os impactos financeiros da recuperação do tempo de serviço.

Não tendo os sindicatos os meios necessários para efetuar esses cálculos (há informação relativamente aos docentes no sistema de que só o Governo dispõe), a determinação desse valor é importante, não para prescindir de alguma parte dos 9A 4M 2D (que para os sindicatos já não está em negociação e tem de ser integralmente considerado), mas para determinar o horizonte temporal do seu faseamento.

Luta prossegue em setembro

Embora o Governo tenha abandonado a posição intransigente que vinha demonstrando, não se comprometeu com a recuperação de todo o tempo, apesar da insistência dos sindicatos presentes, remetendo isso para a negociação.

No final da reunião, a plataforma sindical não levantou o pré-aviso de greve até 13 julho (embora admitindo que, em função das dinâmicas de escola, os professores pudessem vir a assumir a sua eventual suspensão), apelando à participação, no dia 13, nas concentrações distritais em 16 cidades, para aprovação de uma moção que mantenha a pressão sobre o Governo e aponte para o prosseguimento da luta em setembro.

No norte, houve concentrações em Braga, Bragança, Porto, Vila Real e Viana do Castelo, onde os professores deixaram claro que a luta não acabou – foi interrompida para recomeçar no início do próximo ano letivo.



SPN - GREVE ÀS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO

De 18/junho a 13/julho

	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%	SM
Totais	19717	19008	96%	393

DIA	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%
18-Jun	1349	1291	96%
19-Jun	1133	1102	97%
20-Jun	1554	1522	98%
21-Jun	1302	1289	99%
22-Jun	962	953	99%
	6300	6157	98%

DIA	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%
25-Jun	1183	1169	99%
26-Jun	1278	1258	98%
27-Jun	1128	1081	96%
28-Jun	1125	1053	94%
29-Jun	1012	991	98%
	5726	5552	97%

DIA	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%	SM
02-Jul	1047	978	93%	175
03-Jul	1022	982	96%	158
04-Jul	910	884	97%	54
05-Jul	817	787	96%	6
06-Jul	628	625	100%	0
	4424	4256	96%	393

DIA	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%
09-Jul	803	791	99%
10-Jul	732	704	96%
11-Jul	588	568	97%
12-Jul	702	623	89%
13-Jul	442	357	81%
	3267	3043	93%

TOTAIS NACIONAIS / SINDICATOS DA FENPROF

	AGENDADAS	NÃO REALIZADAS	%
SPN	19717	19008	96%
SPRC	13886	13420	97%
SPGL	18837	17803	95%
SPZS	5028	4768	95%
SPRA	3832	3490	91%
TOTAL	61300	58489	95%



POSTAIS DA GREVE A NORTE



Marta Martins, MAIA

No Agrupamento de Escolas da Maia, no que diz respeito ao 1ºCiclo, houve lugar a quatro greves às reuniões de avaliação – é importante referir que no Conselho de Docentes não basta a ausência de um professor para não haver quórum; é necessário que na primeira reunião se verifique a ausência de 50% dos professores titulares de turma e nas subsequentes um mínimo de 2/3.

Assim, aderiram à 1ª greve 12 professores e nas três seguintes 16, o que implicou um enorme esforço, incluindo financeiro. Importa, também, deixar uma nota para a participação indireta dos outros professores e educadores, que não efetivando o direito à greve, manifestaram o seu apoio em solidariedade com os colegas.

Fica, assim, clara a união que o descontentamento e a injustiça de que os educadores e professores são alvo têm gerado e que se faz sentir como há algum tempo não acontecia. Os professores sentem que, no nosso país, as prioridades estão invertidas, sendo a Educação completamente posta de lado. Os governantes esquecem que a Educação é um direito fundamental e que está na base do desenvolvimento da sociedade. Ela é o motor da economia e do combate à pobreza moral, social, intelectual, cultural e financeira de qualquer país.

É este o testemunho que um pequeno-grande grupo de educadores e professores quer deixar expresso, com a certeza de que a luta é para continuar!

Dora Araújo, MATOSINHOS

A greve na minha escola começou por ser a expressão da revolta, da frustração, do cansaço e do sentimento de impotência que muitos de nós (se não quase todos) sentimos contra um ministério prepotente, que não só ameaça e tenta amedrontar os docentes, como recorre à sua vilificação para justificar as medidas controversas que adota e a falta de respostas aos problemas que se vivem dentro das escolas. A greve na minha escola começou quase a medo, mas, depois de iniciada, foi ganhando vida própria e força. Quanto mais ameaças, quanto mais 'notas informativas', quanto mais decisões arbitrárias e prepotência, mais força!

Recorremos a todos os canais de comunicação disponíveis, realizámos reuniões abertas onde todos, independentemente de serem vinculados ou contratados, puderam exprimir as suas opiniões, debater as questões que se levantavam em cada momento, dar voz a muitas das frustrações e tomar decisões quanto ao rumo a seguir. Chegámos até a realizar uma votação online.

Não pensamos todos da mesma forma: uns são mais moderados, outros mais radicais; uns mais arrojados, outros mais temerosos – pelo que as decisões não foram unânimes, exceto uma: todos aceitaram acatar o que a maioria decidisse. Organizámos as 'faltas' e um fundo de greve. A grande maioria participou na luta, 'faltando' ou contribuindo. Mas o mais relevante foi o firme propósito de mantermos o espírito de união e de constante abertura ao diálogo. Respeitamo-nos mutuamente, os 'a favor' e os 'contra'.

E assim se viveu a greve na minha escola...

Ricardo Cardoso, SANTA MARIA DA FEIRA

13 de junho, afixado o calendário dos CTs, estava na hora de organizar a greve às avaliações. Com o 9º ano de fora, era preciso garantir que a unidade dos docentes da E.B. Fernando Pessoa impedisse a realização de qualquer reunião. Quantas? 37 turmas em cada rotação! Quantas rotações? Até quando? Não sabíamos. Previsivelmente, iria ser longa e dura a luta. O fundo de greve foi equacionado, logo no início, mas não suscitou grande entusiasmo. Queríamos o máximo de docentes envolvidos.

Estratégia: elaborar o mapa de distribuição da participação dos professores na greve, para cada um dos dias agendados. Como resposta à provocação da “nota informativa” da DGEstE, propusemos aos diretores de turma que fossem os primeiros a assegurar a não realização das reuniões. A esmagadora maioria concordou e estava dado o sinal de que a greve ia ser fortíssima!

Primeiro dia, 18 de junho: 18 reuniões previstas – final do dia, 100% de sucesso. Nos dias seguintes, o resultado foi invariavelmente o mesmo, com cada CT a garantir o professor que asseguraria a greve seguinte. Todos os dias, após a publicação de novo calendário, era afixado ao lado o Mapa da Greve – mais de 85% dos docentes participaram na greve, o que só permitiu a realização de uma única reunião ao 13º dia, para voltar aos 100% até 12 de julho (quatro reuniões realizadas).

No último dia, 13 de julho, e após um mês inteiro de esforço desgastante, que começava a deixar marcas físicas visíveis no rosto e no ânimo de boa parte do corpo docente, os colegas fizeram questão de terminar esta etapa da luta com o retorno ao valor máximo dos objetivos: 100%. Em 250 convocatórias, realizaram-se cinco reuniões. No meio de tudo isto, conseguimos consultar por email cerca de metade dos colegas sobre o prosseguimento da luta; participámos nas concentrações do dia 11 no ME e do dia 13 na Praça dos Leões, no Porto.

Para terminar, um apontamento que só confirma a importância e a pertinência da nossa ação reivindicativa. Nas vésperas da adesão do 1º Ciclo à greve, fomos contactados por colegas deste nível de ensino que, enaltecendo os resultados alcançados na EB2,3, queriam também participar. Quando informámos que era necessária a ausência de 50% dos membros do Conselho de Docentes para garantir a sua não realização, a resposta, unânime, foi: “Quais 50%?! Fazemos toda(o) si!”. E assim fizeram toda(o)s, em todos os CDs do agrupamento. Por cinco vezes, até ao fim. Orgulho...

Rute Machado, SÃO JOÃO DA MADEIRA

Os professores do 1º Ciclo aderiram massivamente à greve aos Conselhos de Docentes no concelho de S. João da Madeira, consolidando, assim, o descontentamento geral da classe. que já se fazia sentir na greve em curso aos Conselhos de Turma. A comunidade educativa ficou surpreendida ao constatar que nenhuma das reuniões marcadas nas nove escolas dos três agrupamentos se realizaram. A persistência na não concretização das reuniões sucessivamente marcadas constituiu acontecimento!

O 1º Ciclo uniu-se nesta luta, de forma sem precedentes. Com esforço e empenhamento manteve a greve durante vários dias, na convicção de ver reconhecido o seu trabalho e, nomeadamente, exigindo a contagem integral do tempo de serviço congelado.

Susana Ferreira, CUCUJÃES

Os docentes do Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva estão de parabéns pela sua total mobilização para a greve às reuniões de avaliação, entre os dias 18 de junho e 13 de julho, convocada pela Plataforma Sindical. Isso implicou uma grande organização entre todos os docentes das duas escolas que integram o agrupamento, numa dinâmica forte e participada que se concretizou através de múltiplas folhas Excel, comunicações no WhatsApp, telefonemas, mensagens, etc. – numa demonstração de que os docentes não abdicam dos 9 anos, 4 meses, 2 dias que o Governo quer apagar e de que a luta vai continuar em setembro.



RESENHA DE UMA LUTA NÃO ACABADA



1. As lutas dos professores valem a pena quando os agregam num *continuum* que vai desde a definição dos objetivos até ao concreto da ação que lhes dá visibilidade e eficácia no terreno. A luta que foi interrompida em meados de julho, mas que será brevemente relançada, após o regresso dos professores às escolas, em setembro, é um exemplo desse tipo de lutas.

2. Quanto a objetivos, há uma grande sintonia entre o que estava estabelecido pelos sindicatos e aquilo que os professores pensam. Apenas em relação a alguns colegas contratados houve a necessidade de explicitar melhor, usando exemplos do passado e outros argumentos, como os objetivos desta luta também os abrangiam. No fim, pensamos que todos estavam ganhos para a luta. Quanto a formas de luta preconizada para este momento, na verdade, a greve às avaliações é um tipo de luta a que os professores estão predispostos a aderir, talvez por saberem que nas vezes anteriores em que foi utilizada deu bons resultados. Também desta vez, foi relativamente fácil envolver os colegas praticamente todos.

3. Na nossa escola/agrupamento existe um delegado sindical do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), e isso é algo que, tendencialmente, todos os agrupamentos deveriam ter, se possível, até mais do que um para fazer trabalho coletivo. Consegui-lo deve ser um objetivo estratégico de um sindicalismo combativo, de classe e ligado às escolas como é o do SPN/Fenprof. O facto de existir esse delegado foi sem dúvida um fator mobilizador da greve de 18 de junho a 13 de julho.

4. Um aspeto ligado ao anterior foi o facto de a iniciativa de entrar em greve e de a interromper ter sido tomada por decisão coletiva dos professores do agrupamento em reunião/reuniões gerais ou setoriais realizadas para esse efeito. Não sendo absolutamente necessária a unanimidade da decisão tomada, cremos que foi positivo que avançar para a greve e a sua interrupção tenham sido decisões coletivas de todos os que quiseram dizer presente. É importante dizer que o delegado sindical em momento algum precisou de esconder a que sindicato pertencia, embora tentasse sempre, no âmbito da plataforma sindical em que estamos envolvidos, falar em nome desta.

5. A organização da greve teve vários aspetos interligados. Primeiro, houve a formação de uma comissão em que três pessoas (o delegado sindical mais dois colegas) assumiram a coordenação da mesma. Nesta coordenação houve algumas tarefas que foram realizadas escrupulosamente: primeiro que tudo, a coordenação de quem iria fazer greve em cada conselho de turma, de forma que a greve fosse bem coordenada e ficasse o mais económica possível. Assim, dia após dia, ao tomar conhecimento das remarcações dos CTs, eram contactados os colegas a quem se propunha que fizessem greve de modo a saber se aceitavam. De modo generalizado, contámos com a colaboração dos colegas; por outro lado, foi constituído um fundo de greve para o qual os colegas iam dando reforços, começando com 10 euros – a greve terminou com alguns colegas, poucos, a fazerem um esforço financeiro de 60 euros, enquanto os restantes (mais de 80) contribuíram abaixo desse valor.



6. Para assegurar que tudo funcionasse da melhor forma possível, e até para dar o exemplo, um elemento da comissão esteve sempre presente na escola-sede, todos os dias da greve, desde manhã até ao fim da tarde. O pré-escolar e o 1ºCiclo, embora solidários e contribuindo com algum dinheiro para o fundo de greve, decidiram não fazer greve nos respetivos conselhos de docentes. A comissão de greve não deixou nunca de os envolver, indo às escolas respetivas, explicando a situação e dando conhecimento por email da evolução da greve.

7. Estamos convencidos de que o prazer de contribuir para a boa organização de uma luta fez com que tivesse cansado menos. E isso permitiu estar a tempo inteiro na luta. Como estava sempre alguém da organização presente, qualquer dúvida ou informação sobre a greve estava sempre acessível a qualquer colega que dela precisasse: quem fazia greve naquele CT, informações sobre as respostas, avanços ou não do ministério, recolha de reforços para o fundo, como seriam os descontos em função dos tempos de greve, etc.

8. Reuniões de CT impedidas devido à greve foram 147. Apenas se realizaram as do 9º ano e só a partir do momento em que foram definidos e obrigatórios os serviços mínimos. As outras reuniões só se passaram a realizar a partir da tarde de 12 de julho, depois de na manhã desse dia se ter decidido que a partir das 13h30 se fariam as reuniões onde houvesse acordo por parte de todos os colegas. A partir da manhã do dia 13, as reuniões marcadas foram realizadas, tendo todos os colegas aceitado a decisão coletiva.

9. O correio eletrónico foi muito utilizado e pensamos que com grande utilidade, até porque a lista de envio abrangia um grande número de colegas, embora não a totalidade como seria desejável. Todos os dias era dada conta das reuniões remarcadas, logo que elas eram colocadas no expositor. A evolução da greve na escola, na região e no país era assunto abordado também nesses emails diários, por vezes até mais do que um por dia. A prestação de contas parcial foi também regular com a informação de quanto tinha sido recolhido até ao momento e de quanto a greve tinha custado. Quando a greve acabou, e como havia algum défice a colmatar, a informação a esse nível continuou.

10. Dado que estivemos enormemente envolvidos nesta fase da luta, quando chegávamos a casa, procurávamos inteirarmo-nos das novidades na comunicação social e nas redes sociais. E algo engraçado acontecia: nas redes sociais, víamos algumas críticas acérrimas e descabeladas a certos sindicatos (principalmente após o dia 13 de julho), que na nossa escola nunca aconteceram e, estamos convencidos, também não aconteceram na grande maioria das escolas deste país. A presença do sindicato diretamente nas escolas – o SPN, concretamente – é um antídoto para certas críticas infundadas e desmerecidas.

11. O questionário preenchido por cerca de 50.000 professores no país foi levado muito a sério na nossa escola: além dos sócios que o preencheram no fim-de-semana, online, percorremos todas as escolas do agrupamento para tentar que o número máximo de colegas o preenchesse. O tratamento foi feito voluntariamente por duas colegas que nos retiraram algum trabalho e os resultados foram globalmente coincidentes com os resultados a nível nacional, que depois foram dados a conhecer pela plataforma.

12. Prestes a entrar em agosto, estaremos dentro de umas férias que sentimos mais do que merecidas. Pensamos que os professores virão dispostos a lutar, mas mais do que isso a lutar bem. Uma classe profissional como a nossa, que exerce um ofício de natureza intelectual tão exigente, dispõe de um potencial enorme de memória, raciocínio, imaginação e criatividade. Traduzir esse potencial em ação é preciso e necessário, para que desde o início de setembro levemos a cabo a continuação da luta e a icemos ao patamar que for necessário.

Henrique Santos
Fernando Félix
Teresa Rodrigues
(V.N. Gaia)

Marca na tua agenda



Plenário Nacional de Quadros Sindicais (dirigentes, delegados, ativistas)

5 de Setembro | Lisboa

Não desistimos. A luta é para continuar!



ESCOLAS PRIVADAS DENUNCIADAS À ACT

SPN e Fenprof apresentaram situações de desrespeito pelas mais elementares normas de relacionamento laboral e práticas persecutórias sobre delegados e dirigentes sindicais.



Nos dias 23 de abril (Porto) e 8 de maio (Lisboa), o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniram com responsáveis da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). As reuniões foram solicitadas com o objetivo de apresentar um conjunto de situações em que entidades patronais de colégios, academias de música e escolas profissionais privadas agem em desrespeito pelas leis do trabalho, violando normas elementares da relação laboral e/ou desenvolvem práticas que indiciam assédio e/ou atos persecutórios sobre professores, por vezes delegados ou dirigentes sindicais.

Nestas reuniões, em que inevitavelmente foram identificadas situações ocorridas em estabelecimentos como o Colégio dos Carvalhos (Gaia), o Colégio de Gaia, o ArtEduca (Famalicão), o Conservatório de Música de Sintra ou a Academia de Música de Lagos, foram entregues aos responsáveis da ACT documentos que ilustram os casos apresentados.

Afirmando considerar indispensável que as situações em causa sejam regularizadas, que a relação laboral obedeça às normas legalmente estabelecidas, que os professores sejam respeitados e que a ACT cumpra em pleno a sua missão, o SPN e a Fenprof deixaram claro que não abdicarão de exercer o seu papel na denúncia de situações como as que foram apresentadas e que exigirão da ACT uma atuação ágil. Os representantes da ACT, por seu lado, afirmaram que, no âmbito das suas competências, iriam providenciar o acompanhamento das situações denunciadas.

URGE ERRADICAR A VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

A direção do SPN considera intolerável a violência de que os docentes são alvo no exercício da sua atividade profissional e reafirma que urge tomar medidas que ponham cobro a estas ocorrências e garantam a imprescindível segurança no espaço escolar.

No início de maio, uma professora foi agredida dentro da Escola Básica do Lagarteiro, onde estava a trabalhar no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, por quatro familiares de um aluno que, segundo informação recolhida junto da escola, estava a perturbar a realização das atividades com uma atitude agressiva e linguagem imprópria. A facilidade com que os agressores terão entrado na escola, através do gradeamento lateral, não é certamente alheio à falta de pessoal não docente, que ainda recentemente motivou uma greve do setor.

A indisciplina e a violência marcam o dia a dia de muitas escolas e o quotidiano profissional de muitos docentes. São problemas que não podem ser ignorados, cujas causas radicam em profundas alterações no plano social e familiar, assim como em fenómenos de marginalidade e pobreza. O combate a estes fenómenos passa por medidas políticas mais gerais, que diminuam as desigualdades sociais e melhorem as condições de vida dos portugueses, porque não se pode esperar que a Escola resolva todos os problemas da sociedade. Mas importa também melhorar as condições de trabalho nas escolas, nomeadamente investindo em equipas multidisciplinares, com psicólogos, assistentes sociais e outros técnicos, que, de forma sustentada, possam prevenir situações deste tipo.

Mas qualquer que seja a causa, a direção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reafirma que nada justifica ou desculpa a agressão a um professor – um crime público, perpetrado num espaço onde devem prevalecer relações de respeito mútuo, de civilidade, de hospitalidade. É para promover esse clima de sã convivência, favorecedor do ensino e da aprendizagem, que os professores trabalham quotidianamente. Não é suposto, nem admissível, que estejam sujeitos a agressões no exercício da sua profissão, ato condenável a todos os níveis, designadamente pelo que representa de desvalorização e perda de autoridade dos professores perante a sociedade.

Tratando-se de uma experiência traumática particularmente difícil de ultrapassar, é fundamental que o Estado dê todo o apoio necessário a todos os professores agredidos e que os agressores sejam criminalmente punidos de forma exemplar.

A Direção do SPN

PREVPAP

O MANDARINATO

E O INTERESSE PÚBLICO

O Ensino Superior público precisa de mais colegialidade, transparência e democracia para prosseguir a missão pública do ensino, que implica uma responsabilidade e uma resposta social determinadas pelos valores da democracia, da solidariedade e da igualdade de oportunidades.

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) resulta de uma iniciativa do Governo, aprovada pela Assembleia da República. Dito de outro modo: face à constatação de situações de precariedade na Administração Pública, que no domínio privado não seriam conformes à Lei, o Governo resolveu criar este programa no sentido de resolver a situação de alguns milhares de trabalhadores do Estado.

O Governo calculava que existiriam cerca de 130 mil trabalhadores precários, mas, na prática, somente 31 mil apresentaram requerimentos. Tanto quanto se sabe, este programa de regularização tem sido pacífico nos setores da Saúde e Autarquias, onde se encontram a grande maioria dos requerimentos, só enfrentando problemas no setor do Ensino Superior, a que respeitam cerca de 6 mil requerimentos, sendo que um grande número corresponde a trabalhadores das carreiras gerais (assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores); o número de processos aprovados relativos a investigadores e docentes é diminuto, havendo, na generalidade, um alinhamento dos representantes do Governo com a posição das instituições de Ensino Superior (IES) – em abril, de cerca de mil requerimentos de investigadores e docentes, apenas foram aprovados 44 e 37 [Público, 03.04.2018], uma percentagem baixíssima.

Discriminação flagrante. Ou seja, as instituições reclamam a necessidade de renovar os quadros, mas à primeira oportunidade de o fazerem, e simultaneamente acabarem com a precariedade de centenas de pessoas, votam contra; e o Governo que criou e legislou o PREVPAP, que diz publicamente que esta medida se aplica a docentes e investigadores, vota ao lado das instituições, perpetuando a precariedade no setor.

Os casos recusados compreendem investigadores e docentes com mais de três anos de contratos com a IES, nalguns casos com nove anos de bolsas sucessivas, atribuídas por concurso internacional, e docentes convidados, cujos contratos são aprovados pelos conselhos científicos das IES. Ou seja, assiste-se a uma flagrante discriminação face aos trabalhadores do setor privado, mas, sobretudo, a uma enorme injustiça e desconsideração por estes investigadores e docentes, de cujo trabalho as IES não

podem prescindir para se afirmarem, quer quanto à produção de ciência quer quanto ao ensino.

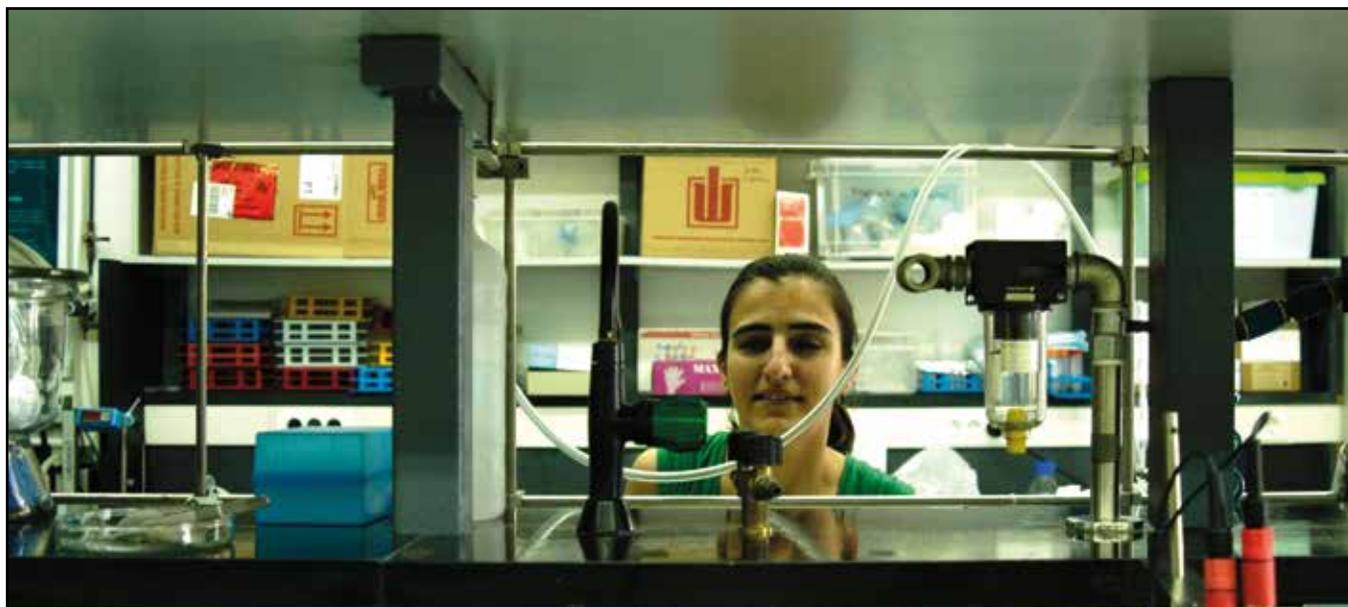
A argumentação aduzida pelas IES centra-se em dois considerandos: por um lado, afirmam que não têm garantidas as verbas que permitam pagar os contratos destes investigadores e docentes; por outro lado, afirmam que a entrada nas IES se deve fazer somente mediante concurso público internacional, no sentido de selecionar os melhores. Importa lembrar que, caso um requerimento seja aprovado, é obrigatória a abertura de um concurso em que somente o requerente pode concorrer, podendo ou não ser aprovado.

Feita esta breve descrição do PREVPAP nas IES será mais interessante refletir sobre as razões que levam os reitores e presidentes das universidades e politécnicos a recusarem a contratação e, na prática, boicotarem a aplicação do programa.

Dois poderes, dois capitais. A argumentação orçamental, apesar de refletir uma preocupação respeitável (boa gestão orçamental das IES), não tem cabimento a partir do momento em que o programa é da responsabilidade do Governo, que obviamente terá de assumir os custos que daí resultem. Adicionalmente, num contexto em que o Governo produziu legislação para combater a precariedade, não faz qualquer sentido o responsável de uma instituição, ao avesso da legislação, decidir manter a precariedade dos docentes ou investigadores por forma a controlar os custos salariais.

Já no que concerne ao argumento da necessidade de selecionar os melhores por concurso internacional, o historial dos concursos mostra que a endogamia é generalizada nas IES em Portugal, com a maioria dos lugares abertos ocupados por candidatos 'da casa'. Adicionalmente, se um docente ou investigador está há vários anos convidado numa IES, teve de ser consecutivamente selecionado.

Na verdade, o que os responsáveis das IES temem é a entrada de sangue novo, de pessoas que não controlem e que não estejam de alguma forma na sua dependência. Já Pierre Bourdieu («Les Usages Sociaux de la Science») afirmava que há duas formas de poder na academia, a que correspondem duas espécies de capital científico: de um lado, o poder institucional, ligado à ocupação de posições eminentes nas instituições (lugares de direção em departamentos,



faculdades, laboratórios, comissões de avaliação) e que, portanto, detém poder sobre os meios de produção e de reprodução (contratos, lugares, abertura de concursos); do outro lado, o poder específico que resulta do prestígio científico, mais ou menos independente do anterior, e que assenta quase exclusivamente no reconhecimento pelos pares. Quando os concursos se realizam, de alguma maneira expressam este conflito de legitimidade entre duas formas de acumulação de capital científico. E a conflitualidade que daí resulta vai, numa grande medida, desembocar nos tribunais.

Resistência antidemocrática. Num texto publicado no Jornal de Letras de 6-14 de agosto de 2014, intitulado “*A desconstrução do Direito como fator de risco democrático*”, Cunha Rodrigues, ex-procurador geral da República, refletia sobre a crise, sobre o seu efeito no modelo social europeu, e como esta estava a mudar a relação das pessoas com o Direito. Na realidade, esta desvalorização do Direito foi permeando muitos aspetos da nossa vida em comum, nomeadamente ao nível das instituições de Ensino Superior.

Como compreender que universidades públicas, debaixo do mesmo Estado de Direito, apliquem 16 horas como horário letivo para convidados no Porto e Minho, 18 horas em Trás-os-Montes e Évora e 20 horas em Coimbra, quando o estatuto da carreira docente determina que um horário completo corresponde a um máximo de 9 horas? Como compreender que haja instituições como o Politécnico do Cávado e do Ave que contratam docentes convidados aos dias? Ou editais feitos à medida do candidato designado *a priori*?

Talvez o que o PREVPAP reflita seja a institucionalização do mandarinato nas IES por um conjunto de responsáveis que se comportam de forma autocrática, resistindo e boicotando uma lei aprovada por um Governo e por uma Assembleia da República, que são quem tem legitimidade democrática para mudar o enquadramento legislativo. Assistimos assim, por parte dos responsáveis das IES, a uma resistência antidemocrática, sem legitimidade e que corrói o Estado de Direito. Por isso, fruto das alterações legislativas de 2009 (RJIES, ECDU, ECDESP) assistimos à tomada da gestão das IES por um conjunto de professores que se julgam acima do Governo e da AR, preocupados com a manutenção do seu poder e da perpetuação

de uma ideia de Ensino Superior que se reproduz através da seleção e abertura de lugares para quem os apoia.

Assistimos, também, perante a indiferença de muitos professores, a situações de exploração de colegas convidados que exercem funções em tudo semelhantes aos professores de carreira, mas cujos salários correspondem a apenas cerca de 1/3 (para contratos a 50%) dos colegas de carreira no primeiro escalão; e que veem negada a compensação por caducidade e até o subsídio de alimentação.

Mais transparência. É por estas razões absolutamente chocante verificar que dezenas de investigadores e docentes convidados, com longos anos de relação laboral com as IES onde trabalham, não são considerados como exercendo funções que correspondem a necessidades permanentes, decisão tomada por colegas que com eles trabalham no dia a dia e que, na esmagadora maioria dos casos, não se sujeitaram a tamanhas exigências para acederem a um lugar de carreira.

Paradoxalmente, esta opção é acompanhada pelo discurso da necessidade imperiosa de renovar os quadros de um Ensino Superior envelhecido. Por último, a recusa do reconhecimento de necessidade permanente que se tem observado está em contradição com o que publicamente tem sido expresso pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“*Superior e Ciência incluídos no programa de regularização de precários*”, Público, 08.05.2017) e pelo primeiro-ministro (“*Costa diz a reitores que é fundamental combater a precariedade no ensino superior*”, Observador, 21.02.2018).

Por isso, e cada vez mais, importa defender instituições de Ensino Superior públicas, que persigam o interesse público, que sejam transparentes nas suas tomadas de decisão e que sejam escrutinadas interna e externamente.

Por todas estas razões, o setor do Ensino Superior público precisa de mais colegialidade, de mais transparência e de mais democracia, para que possa prosseguir a missão pública do ensino, que implica uma responsabilidade e uma resposta social determinadas pelos valores da democracia, da solidariedade e da igualdade de oportunidades.

Neste momento tão particular da luta dos professores pela sua carreira e pela escola pública, interessa saber se o pedagogismo flexibilista não é apenas uma manobra de diversão política, um modismo em forma de agitação, para que fique tudo na mesma, ou pior, com professores cada vez mais 'flexíveis' para a desestruturação da sua carreira e integral proletarização.

FLEXIBILIDADE, FRAGMENTAÇÃO, HEGEMONIA, DEMOCRACIA

TERRITORIALIZAÇÃO, ETNOCENTRISMO E MERCADO. A grande questão num currículo é saber o que ele serve, a que senhor ou senhores serve. Um certo senso comum defende que o currículo serve o meio, o território, as famílias. Há quem chame a isto territorialização curricular. Faz parte deste senso comum a ideia instrumentalista segundo a qual o currículo serve a economia, a cultura local, a identidade local ou, em sentido amplo, os interesses das famílias. Deste ponto de vista, o currículo emerge do território, eventualmente através da participação democrática do local na construção curricular, mas, mais frequentemente (e apesar das mais pias intenções), através de lógicas de poder autoritárias ou paternalistas, mais ou menos dissimuladas – por exemplo através de conselhos gerais, ou equivalentes, desconectados da vontade democrática dos principais protagonistas educativos (os professores e os alunos).

Indo mais longe, a ideia e prática da territorialização faz com que os próprios alunos participem na construção curricular, numa lógica de coautoria curricular que envolve professores, alunos, Ministério da Educação e comunidades em geral. Mas o que aqui é decisivo, no limite, é que o currículo não tem valor por si mesmo, a educação não tem valor por si mesma, mas apenas enquanto visa o objetivo económico, o reforço ou a construção identitária, a reprodução social, a construção de si mesmo, a pura autoedificação individual. Levadas as coisas ao limite lógico a que têm de ser levadas (em termos teóricos), a integral territorialização conduz à dissolução da ideia de escola pública, de currículo nacional, de saberes e valores civilizacionais universais. Se o currículo deve emergir do território, incluindo do território individual e idiossincrático que cada pessoa constitui, cada território tem o seu próprio currículo, cada escola tem o seu próprio currículo, competindo num quase-mercado público educacional, em que cada currículo é o produto diferenciador pronto a vender que as famílias comprarão conforme a sua condição e possibilidade de escolha social e económica.

Chegados aqui, a fragmentação curricular e educacional atinge

o seu zénite, com as consequências correlatas de desintegração, competição, mercado e livre escolha – ainda que no contexto do Estado, mas colonizado pela ideologia do mercado – e, bem entendido, dilaceração/desigualdade nacional e social.

UNIVERSALISMO FRACO VS DES-ESCOLARIZAÇÃO. No extremo oposto da integral territorialização educativa – por definição etnográfica e, portanto, etnocêntrica, que conduziria à integral desagregação do ensino público e ao fim da Escola (substituída pelas escolas competindo no mercado) – teríamos o universalismo integral, com o perigo de dessensibilização à diferença e aos diferentes.

O universalismo pode, de facto, ser opressivo em contextos não democráticos e de baixa profissionalidade (falta de autonomia profissional e ético-política). Já num contexto democrático e de autonomia profissional, o universalismo não pode senão ser relativo, sempre reinterpretado pelas práticas e dinâmicas profissionais dos professores, intérpretes permanentes do currículo, moduladores necessários dos fins, métodos e técnicas pedagógicas. Em democracia, o universalismo é sempre 'fraco', ou relativo, perturbado necessariamente pelas forças do contexto, ainda que não determinado por ele. Aliás, sem esta capacidade de o currículo e a escola recuarem para si mesmos, criando barreiras entre si e o mundo, aquilo a que se assistiria (já se está a assistir) seria a uma des-escolarização do currículo, transformando-o em mero produto do meio, isto é, transformando a escola em mero executor do currículo instaurado pela comunidade local.

O neoliberalismo tem como valor fundamental a competição individual, para o que descreve o humano como uma mónada, um universo individual, insuscetível de laços estruturais e sociais. Não há 'o social', 'os professores', 'os operários' (nem sequer de modo hegemonicamente contingente), a não ser aqueles estritamente mediados pelas idiossincrasias psicológicas, de carácter emocional, operando dentro da família enquanto, justamente, espaço de tran-



sação emocional, mas também de (re)produção comercial e económica. Assim, são um empecilho à competição individual aquelas organizações e lógicas educativas que visam não a resposta a fins externos ao processo educativo (a economia, a identidade local ou a autoedificação estética e emocional), mas que, pelo contrário, fazem da questão curricular/educativa um fim político em si mesmo, uma autoconstrução social e ética, visando a justiça, a igualdade, a liberdade e a paz, vislumbrada através da ideia (e da prática) segundo a qual somos todos membros de uma fraternidade universal – conjuntamente dividida e mediada por jogos e conflitos de poder, é certo, mas que, cindida definitivamente, torna impossível a própria ideia de Humano e Humanidade.

HEGEMONIA, FRAGMENTAÇÃO UNIVERSAL E PROLETARIZAÇÃO. A 'fragmentação universal', dos países, das classes, das próprias pessoas, está bem à vista. A modernidade líquida, a multifrenia – realização individual através de identidades múltiplas não patológicas, mesmo que o consumo exponencial de benzodiazepinas (no Ocidente), bem maior do que o das drogas ilegais, demonstre uma profunda adição química do Humano que aponta para um elevado potencial de fragilidade identitária –, a desagregação profissional, social, económica (hoje o mundo ocidental é mais desigual do que há 50 anos e a subida dos rendimentos *per capita* do mundo não Ocidental é feito, em grande parte, à custa da integral depauperização política, cívica e emancipatória dos trabalhadores) e humana (os refugiados, os negros, as mulheres, os sexualmente minoritários, são o *outro* do humano em partes muito substanciais do mundo, incluindo no Ocidente), constituem o maior desafio do nosso tempo. Se não há democracia sem conflito político (e não há), não há democracia sem um certo nível de agregação ou hegemonia política e social, suscetível de criar universais contingentes, atratores sociais e civilizacionais capazes de operarem por cima (ou

por baixo, infraestruturalmente) da pura identidade etnocêntrica ou da autoedificação individual, puramente evanescentes.

A completa desagregação social é uma ameaça à democracia, à ideia de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade (o amor ao diferente, porque meu irmão) são ainda possíveis. Sem laços capazes de superar o impulso competitivo ou a vinculação simplesmente emocional/sentimental, o Estado-nação não sobreviverá, mesmo que numa forma transacional a caminho de 'paz perpétua', acabando por se tornar incapaz de se constituir como espaço de solidariedade e interesse comum, democrático e conflitual, incapaz de construções hegemónicas solidárias e emancipatórias.

A questão a colocar é a de quanto contribui a ideia de territorialização educativa, articulada com a de flexibilização curricular (num pequeno e tão homogéneo país como Portugal) para a fragmentação social, territorial e nacional ou, pelo contrário, de quanto contribuirá para a igualdade, a justiça e a estruturação de laços sociais. Mais ainda, interessa saber se as ideias de fragmentação, flexibilidade e territorialização – num contexto de contínua depauperização cívica e democrática das escolas e empobrecimento da carreira docente e da sua natureza eminentemente ética e cívica – não serão os ácidos dissolutores do que resta das escolas e dos professores enquanto espaços de autonomia pedagógica e possibilidade emancipatória. Mais especificamente, neste momento tão particular da luta dos professores pela sua carreira e pela escola pública, interessa saber se o pedagogismo flexibilista não é apenas uma manobra de diversão política, um modismo em forma de agitação, para que fique tudo na mesma, ou pior, com professores cada vez mais 'flexíveis' para a desestruturação da sua carreira profissional e integral proletarização.

Francisco Teixeira
direção do SPN

A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA DO SPN

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) constituiu uma frente de trabalho para acompanhar o que se faz nas escolas da sua área geográfica em termos de flexibilização curricular. Não foram muitas as respostas ao apelo feito, mas a amostra dá para observar como o processo está a decorrer em alguns agrupamentos.

Agrupamento Dr. Serafim Leite (S. João da Madeira). Apesar de se ter associado/aderido ao projeto, não foi implementada qualquer medida.

Foi decidido envolver todos os departamentos na elaboração de propostas para, depois, o Conselho Pedagógico decidir o que fazer. Houve pouca discussão e a que houve nos departamentos não foi a melhor: não se conhecem propostas, mas cada departamento propôs projetos, procurando dedicar tempos para o currículo das suas disciplinas, mas cedidos por outros departamentos.

O departamento de expressões criou um grupo de trabalho, formado por elementos de cada grupo de recrutamento, para elaborar uma proposta que partiu de oito enunciados basilares, no contexto dos quais organizou uma estrutura de implementação dedicada ao projeto educativo de cada escola e não aos interesses particulares de uma disciplina, grupo ou departamento. A proposta consiste numa oficina semanal, transdisciplinar, para implementar projetos criados nos departamentos (que definem as cargas horárias cedentes das suas disciplinas) ou nos próprios conselhos de turma, respeitando as cargas horárias.

Agrupamento de Escolas de Arouca. O projeto está a ser implementado em turmas do 1º ano (4), do 5º (3), 7º (3) e 10º profissional (3). Em 2018/19, pretendem alargar a experiência a todas as turmas do 1º, 5º e 7º anos – no 10º, pretendem circunscrevê-la ao ensino profissional, porque as outras turmas têm exames nacionais.

No 1º Ciclo, depois de fracos resultados na avaliação do primeiro período, foram tomadas medidas administrativas e, no segundo período, houve melhorias, pelo menos estatisticamente.

No 5º e 7º anos continua tudo na mesma: disciplinas, prática pedagógica, apoios a Português e Matemática. Os professores gastam horas em reuniões e a produzir papéis, mas não estão a implementar metodologias colaborativas.

No 10º ano continua tudo mais ou menos na mesma. A abordagem dos profissionais já era mais “flexível” do que no regular. Será agora ainda mais flexível.

Ou seja, parece o que o agrupamento quer ser ou parecer ‘moderno e inovador’, porque é bom ser ‘moderno e inovador’. Os professores revelam passividade e resistem a modificar as suas práticas, trabalhando como sempre trabalharam; o que mudou foi a componente burocrática, que aumentou muito. Os pais de classe média não querem o projeto da flexibilização curricular.

Agrupamento de Escolas do Cerco (Porto). Estão no projeto três turmas do 5º ano e outras tantas do 7º. O projeto foi discutido com os professores colocados no ano transato e o problema foi alguns professores terem sido colocados noutras escolas – os que chegaram de novo têm turmas da flexibilização sem estarem preparados. O projeto foi sendo construído com todos os professores. Uma das vantagens foi a mesma equipa pedagógica ter mais do que uma turma. Desenvolveram em horário semanal competências transversais às disciplinas. Foi definido espaço formal para reuniões e reflexão/planificação sobre o trabalho desenvolvido e a desenvolver.

O avaliador externo considerou que o trabalho tinha sido ajusta-



do às equipas pedagógicas comuns. Salientou a importância do trabalho colaborativo em horário semanal e da coadjuvação. Em relação à gestão curricular, considerou que o trabalho de projeto foi objetivo, mas falta formação em metodologias. Quanto à avaliação, concordou que a modalidade utilizada pelos diferentes professores (formativa) é a que melhor se insere na flexibilização e considera que deve haver mais envolvimento da comunidade, apontado a falta de sensibilização das famílias e a necessidade de maior envolvimento dos professores.

Escola Secundária Dr. Joaquim Ferreira Alves (Gaia). A participação está circunscrita a quatro disciplinas de uma única turma e encontra-se articulada/subordinada ao projeto CLIL (*Content and Language Integrated Learning*) – aspeto que mereceu reservas de alguns docentes, na medida em que denuncia contradições: ao optar por aplicar o projeto numa turma com excelentes resultados, indicia a seleção de alunos na escola pública.

A grande maioria dos professores estão alheados do processo. O conhecimento dos documentos de referência e das opções de aplicação está centralizado nos professores das disciplinas envolvidas e nos que desempenham cargos nos órgãos de gestão. No caso dos docentes das turmas, maioritariamente, há um desconhecimento muito significativo dos aspetos que se prendem com a tomada de decisões, revelando falhas no envolvimento dos professores e traduzindo uma aplicação ‘de cima para baixo’. Com efeito, o envolvimento dos professores foi reduzido ao envio, pelo diretor, de um e-mail dando a conhecer o diploma e solicitando propostas para a sua aplicação e, posteriormente, outro e-mail remetendo para publicações académicas sobre o tema.

Relativamente a implicações nas condições de trabalho, os docentes envolvidos revelam preocupação quanto à flexibilidade de horário num projeto aplicado a 100%, sentem necessidade de mais tempo para a articulação entre professores e consideram que a formação sobre o projeto foi tardia, pelo que iniciaram o processo com muitas incertezas e sob um efeito de ‘estranhamento’ que não desapareceu totalmente.

Do ponto de vista das conceções político-pedagógicas, os docentes não revelam resistência à metodologia de projeto e consideram que trabalhar dessa forma não é um problema. Julgam que há vantagens em não haver rigidez na definição do currículo e em ampliar a liberdade de escolha de conteúdos (no quadro das aprendizagens essenciais definidas para cada disciplina), bem como na gestão do

tempo, o que permite orientar melhor o processo educativo em função dos interesses dos alunos. Também consideram vantajosa a possibilidade de criar uma disciplina orientada para aprendizagens no plano da cidadania. Para alguns dos envolvidos, embora o currículo único ofereça mais segurança (em princípio), poderá haver potencialidades num modelo flexível.

Conclusões

Das cerca de 30 escolas da área geográfica do SPN envolvidas na experiência, chegaram quatro contributos. Os dados são valiosos, mas apontam para uma prática de implementação não generalizada, que pesa também na análise de resultados. Singularidades: construção do projeto com envolvimento permanente dos professores; auscultação dos alunos relativamente à sua implementação; inclusão nos horários dos professores de trabalho colaborativo em aula e fora dela, no âmbito da planificação e reflexão; disponibilidade para o trabalho de projeto-pesquisa orientada [aspetos verificados apenas numa escola]. Denominadores comuns: auscultação, ainda que não vinculativa, da generalidade dos professores na fase inicial de definição do projeto [sentida em três das escolas, esta perceção não parece ser passível de generalização à maioria]; pouco envolvimento dos docentes (inclusivamente dos diretamente envolvidos com este projeto) ao longo do processo e particularmente na tomada de decisões; aplicação do projeto circunscrita a determinadas turmas com perfis marcados (as melhores ou as piores, com objetivos diferenciados); implementação do projeto sem que fosse assegurada atempadamente a necessária formação específica; atitude favorável à ausência de rigidez no currículo; recetividade às metodologias colaborativas e experimentais e à diferenciação pedagógica; perceção de que a implementação do projeto não transformou verdadeiramente as práticas pedagógicas, apenas a organização formal e burocrática; insuficiência de tempo para uma eficaz e efetiva articulação dos professores.

**Ana Paula Canotilho e
Sónia Duarte,**
direção SPN

O ESTADO E A EXPANSÃO DA EPE

Em finais de maio, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) concluiu uma recolha de dados sobre a expansão da Educação Pré-Escolar (EPE) pública no território continental. A análise dos dados está a ser efetuada e, oportunamente, será divulgada.

Agrupamento de Valpaços: 11 educadoras no quadro, 114 crianças e dois centros escolares em diferentes localidades, um deles com 5 salas vazias e outro com uma – a menos de 1 Km de um dos centros, uma IPSS com capacidade para 75 crianças e, numa distância de 6 Km, mais duas instituições. Em 2016, havia 124 crianças na rede pública e 111 na rede privada.

Agrupamento de Mirandela: 15 educadoras no quadro e 165 crianças; a cidade só tem capacidade para 75 crianças, com um máximo de três turmas – no entanto, existem quatro IPSS, que em 2016 tinham 298 crianças matriculadas (186 na rede pública).

Agrupamento de Freixo de Espada à Cinta: só já tem uma sala de jardim-de-infância, com 15 crianças, sendo que a poucos metros existem três IPSS com 54 crianças.

Fonte: Pordata, 2016

Independentemente do número de inquéritos recebidos, os dados recolhidos não serão nenhuma surpresa, visto que os mais relevantes estão disponíveis em diferentes fontes documentais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a base de dados estatísticos Pordata, entre outros.

Então, por que nos interessou realizar este trabalho? Com o fim de envolver mais atores educativos, partir de dados atualizados, cedidos pelas direções das escolas, e iniciarmos uma discussão séria, fundamentada, contínua e, a partir daí, apresentar propostas concretas relativamente à expansão da rede de EPE pública.

Segundo a Constituição da República, incumbe ao Estado criar um “sistema público e desenvolver o sistema geral da educação pré-escolar.”

Com a publicação da Lei Quadro da EPE (Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro), o Estado mobilizou outras entidades da sociedade civil para expandir a rede de EPE. Ainda no mesmo ano, foi também publicado o Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho, que regulamenta alguns dos princípios enunciados na Lei-Quadro. Surge assim, um novo conceito, Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, integrando os estabelecimentos públicos, privados, particulares de solidariedade social e outros sem fins lucrativos.

Na opinião de Emília Vilarinho, a criação de uma rede única de EPE desvaloriza o papel do Estado enquanto promotor direto e introduz alguma fragilidade no direito de acesso das crianças à EPE, aproximando-se da ideologia neoliberal da educação, de quase mercado educacional.

Mercado apetecível. No DL 147/97, entre outros, está explanado o apoio financeiro do Estado às instituições privadas de solidariedade social e outras sem fins lucrativos, com linhas de crédito bonificado destinadas ao parque escolar.

Com estes benefícios de contratualização direta, que incluem uma comparticipação financeira mensal por criança, para a componente educativa e socioeducativa (176,23€), perfazendo 52.713€ anuais



por turma, acrescido da compensação financeira do vencimento das educadoras, os encarregados de educação ainda pagam uma mensalidade que, dependendo dos rendimentos do agregado familiar, pode ter valores elevados e muito diferenciados. Efetivamente, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), e outras privadas, viram reforçado o seu estatuto de parceiros privilegiados do Estado, aos quais foi dada uma oportunidade de grande expansão. De acordo com as prioridades de financiamento explanadas no artigo 23º, é claro que o Estado criou medidas de favorecimento das IPSS, em detrimento da rede pública. E nestas condições, a EPE tornou-se um mercado muito apetecível para as IPSS, empenhando-se os seus gestores na sua ampliação. Esta realidade é evidente no relatório «Estado da Educação 2016» (CNE).

Na mesma publicação lê-se que a rede privada acontece essencialmente nesta primeira etapa da educação, com 69% dos jardins-de-infância. E em dez anos, ou seja, entre 2006-2016, verificamos que a redução do número de crianças na rede pública foi de 1.839, enquanto na rede privada foi de 313; no que se refere a estabelecimentos, na rede pública diminuíram em 196, enquanto na rede privada aumentaram em 170 (Pordata).

Empurrões. Como se pode constatar, as assimetrias na expansão do setor são bem evidentes. É do conhecimento de todos que nas zonas de maior densidade populacional (urbanas, de média e grande dimensão) a rede pública é insuficiente.

Sublinhe-se que, além dos já referidos benefícios financeiros às IPSS e outras entidades privadas, existem outros que acentuam essas assimetrias.

Nos diversos despachos publicados relativamente a matrículas, encontramos explanadas as prioridades de matrícula, sendo a primeira a idade mais elevada. Ora, com este critério, nas zonas urbanas, onde a oferta da rede pública é insuficiente, as crianças de três anos são 'empurradas' para a rede privada. Um outro critério administrativo dá continuidade à mesma medida, impedindo, em alguns

agrupamentos, a matrícula de crianças que completem 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, se estas implicarem a constituição de mais grupos.

Exemplificando: se uma escola tiver 55 crianças matriculadas, entre as quais cinco que completam 3 anos até 31 de dezembro, a DGEstE devolve as turmas e informa que não deverão ser constituídas três (mas sim duas) e que cinco crianças são condicionais, não podendo por isso ser aceite a sua matrícula.

Face a esta decisão, que alternativa resta aos encarregados de educação? Procurar uma IPSS para matricular os seus educandos. Aqui, o processo é menos burocrático, visto que estas instituições têm autonomia para definir os seus critérios de matrícula; simplesmente assinam os protocolos por x crianças, não tendo em conta a idade.

Responsabilizar o Estado. Pelo exposto, pelo elevado número de IPSS com a valência de creche em diferentes regiões do país e com a acentuada baixa de natalidade, confrontamo-nos com uma problemática preocupante: uma menor procura da rede pública e um elevadíssimo número de educadores de Infância sem componente letiva, com mais de 50 anos de idade e sem possibilidades de serem colocados em agrupamentos a mais de 60 Km de distância. Sendo assim, o Estado está a desperdiçar recursos humanos e físicos em prol do financiamento a instituições privadas. Esta questão é bem evidente em regiões do interior (ver caixa).

A questão é polémica, porque estamos a discutir um mercado de educação entre instituições com poder político, cuja gravidade é elevada e geradora de desigualdades. A Fenprof deverá confrontar o ministro da Educação com as assimetrias da rede e exigir a responsabilização do Estado por uma oferta de EPE pública e gratuita.

Ana Paula Maçaira

direção SPN



*Paulo Sucena,
sócio honorário do SPN*

BEM-VINDO A ESTE FAROL A ALUMIAR AO NORTE!

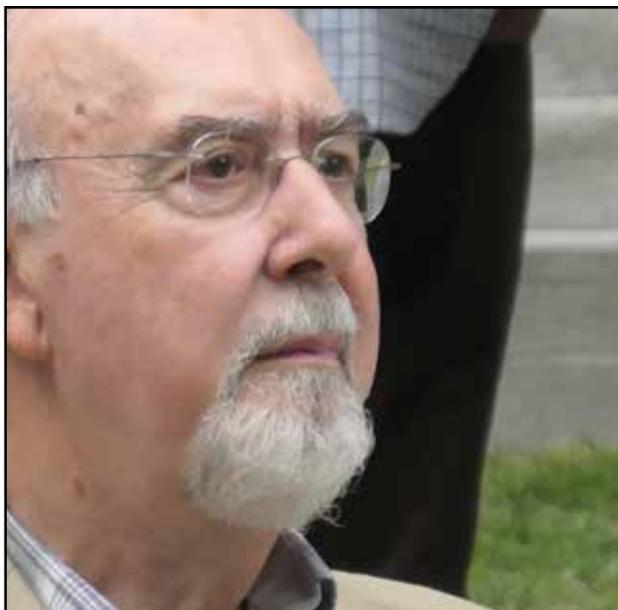
O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) distinguiu Paulo Sucena como sócio honorário, numa cerimónia que decorreu a 10 de julho. Já vem de há muito a relação especial entre o SPN e o professor e antigo secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que se tornou na terceira personalidade a receber a distinção, depois de Ruy Luís Gomes e Óscar Lopes.

Antes da entrega de um quadro comemorativo e do cartão de associado, Manuela Mendonça, coordenadora do SPN, sublinhou o momento importante da vida do sindicato e deu as boas-vindas a Paulo Sucena “a este farol a alumiar ao Norte”, aludindo ao hino do sindicato. Citando a proposta de atribuição do título, Manuela Mendonça destacou o “sindicalista ímpar, professor distinto, pedagogo e poeta”, a quem o SPN deve a letra do seu hino.

“Foi também desde sempre um amigo próximo do nosso sindicato, com quem sempre colaborou e a quem dedica um particular apreço. Um companheiro de percurso para além do institucional, que não só não recusa, mas sempre responde com prazer e dedicação a qualquer solicitação nossa – e muitas foram e continuam a ser –, sendo presença habitual de tantos debates, seminários e colóquios, iniciativas culturais e reflexões escritas sobre a profissão docente, o sindicalismo e os seus caminhos, as lutas sociais de antes e de hoje. Torná-lo sócio honorário do SPN é saber distinguir um dos nossos, é uma atitude honrosa para a sua pessoa, mas também uma honra grande para o sindicato.”

Honrado, Paulo Sucena referiu que recebeu a distinção “com grande alegria”, considerando uma “subida ao Olimpo” ser sócio honorário a par de “duas figuras notabilíssimas” da educação e da cultura. Com 31 anos de sindicalismo, lembrou que sempre tentou ser o melhor que pôde na profissão, tendo-se-lhe dedicado profundamente. “Estou muito bem neste sindicato. Esta é uma distinção que me é concedida por um sindicato por que tenho verdadeiro amor, verdadeiro respeito.”

Maria João Leite
A Página da Educação



EU TENHO AMOR A ESTE SINDICATO

O que representa esta distinção?

Foi com imensa alegria que recebi esta distinção de sócio honorário do Sindicato dos Professores do Norte. Primeiro, porque gosto muito deste sindicato; segundo, porque me prendem a ele muitas recordações de 20 de intensa atividade sindical, como dirigente e secretário-geral da Fenprof. É, para mim, algo de inesperado e é uma honra enormíssima ser sócio honorário ao lado de duas das maiores figuras do século XX português, que são os professores Ruy Luís Gomes e Óscar Lopes.

De facto, em 35 anos de SPN, esta é somente a terceira distinção atribuída...

Os meus antecessores são figuras que eu me habituei a admirar desde muito novo. Tive uma educação, desde muito jovem, de grande respeito e de grande admiração pelas figuras da cidadania, da liberdade, da democracia. E, de facto, Ruy Luís Gomes e Óscar Lopes são duas figuras ímpares. É o que digo: não me consigo sentar ao lado deles, mas já fico muito honrado se me deixarem sentar aos pés.

É notória a ligação especial entre o Paulo Sucena e o SPN.

É... A minha primeira intervenção como dirigente sindical foi no SPN. Já tinha sido eleito em Lisboa (SPGL), mas a direção ainda não tinha tomado posse. Na altura, o António Teodoro era o presidente, eu era o vice-presidente, e houve aqui uma reunião na Casa da Cultura. Ficou uma ligação até hoje. Penso que vim a todos os congressos do SPN e tomadas de posse. E é verdade, nunca disse que não a alguma coisa que me solicitassem, para participar em seminários, em debates... Não tenho medo da palavra: eu tenho *amor* a este sindicato.

Como acompanha o momento que os professores estão a viver atualmente?

É um momento muito complexo. A sociedade não está a entender bem aquilo que considero uma profunda injustiça, se fosse cometida, que era não contar todo o tempo de serviço. Isso é uma coisa que não se pode negociar; não podem dizer que é dois, quatro, seis – não, é todo. Durante aqueles nove anos e quatro meses os professores não mudaram de escalão e, portanto, receberam muito menos dinheiro. E esse muito menos dinheiro, que são milhões na classe profissional toda, também ajudou a reconstruir o país. Agora, se lhes querem dizer que trabalharam nove mas que só lhes dão dois, não há ninguém que possa aceitar uma coisa dessas. Sendo assim, muitos dos professores acabam por atingir o limite de idade sem chegar ao topo da carreira. E para além da monstruosa mentira de que os professores portugueses são dos mais bem pagos da Europa, com uma carreira que deixa os professores a ganhar inicialmente cerca de 1200 euros e a acabar umas centenas de euros mais acima, começa a não ser sequer uma carreira aliciante para os melhores alunos. O Governo devia pensar, e as

políticas educativas deviam ter isso em conta, que o desenvolvimento do país depende da qualidade dos professores e da escola pública.

É necessária a valorização da classe docente?

O que é preciso é, de facto, uma valorização, e não a esbulhar dos anos de serviço que prestou. Quer dizer, não basta não ter mudado de escalão, não basta estar parada no mesmo sítio, sempre com o mesmo vencimento, e ainda dizem que as carreiras estão descongeladas, mas que não contam o tempo todo de serviço. Não pode ser.

Os sindicatos têm aqui, uma vez mais, um papel fundamental?

Fundamental. Penso que, neste momento, os sindicatos sentem-se apoiados por toda a classe. E penso que os professores têm dado uma magnífica prova de que são capazes de lutar pelos seus direitos. A situação tem de se desbloquear, porque não podemos ter uma classe docente completamente desmotivada e brutalmente injustiçada pelo poder político.

Para terminar, alguma mensagem aos professores?

Não tenho muito alma de profeta, mas aquilo que poderei desejar é que confiem nos seus sindicatos. Sem sindicatos, a força dos professores seria muito menor. E já que estou no SPN, apelo a que façam do Sindicato dos Professores do Norte um sindicato cada vez maior, porque ele é necessário para a defesa da democracia e para a defesa dos direitos dos professores.

POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA



No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher e do 25 de Abril, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promoveu, em abril, o seminário *"Igualdade de Género na Vida Profissional e nas Tomadas de Decisão"*, com a participação de Sofia Almeida Santos, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas/Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Em análise estiveram as implicações da igualdade de género nas diversas esferas da vida pública e privada, bem como o papel da Educação e dos professores nesta matéria.

"Questões de género não são só questões de mulheres. As questões e desigualdades atravessam todos, é discutir igualdade de direitos. E a escola e a família são centrais", referiu Sofia Almeida Santos, lembrando que tratar estes temas na escola é alertar os jovens para os seus direitos e dar-lhes condições para os conquistar.

A sessão começou com várias perguntas para conhecer as ideias que as pessoas têm sobre este assunto, perguntas para compreender as implicações da igualdade de género nas diferentes esferas da vida pública e privada, em casa e no mundo do trabalho, e explorar o papel que a Educação tem nesta matéria.

A investigadora apresentou vários dados para mostrar as diferenças salariais entre homens e mulheres em todos os quadrantes, desde quadros superiores até profissões não qualificadas e aprendizes. Os homens recebem mais, as remunerações médias de base são superiores nos homens, e nos quadros superiores a diferença salarial é maior. Mostrou ainda haver mais mulheres no Ensino Superior, especialmente em áreas como a Educação, a Saúde e a Proteção Social. Os dados apresentados (relativos a 2015) indicavam que 53,4% dos estudantes matriculados eram do sexo feminino e que em cada 100 pessoas com Ensino Superior 61 são mulheres. Por outro lado, as mulheres também são em maior número no que toca à falta de escolaridade – em cada 100 pessoas sem escolaridade, 71 são mulheres.

"As coisas estão a andar". A proporção de mulheres nos conselhos de administração das empresas do PSI20 é de 14% (mulheres) para 86% (homens); na União Europeia é de 23% para 77%. Perante

esta diferença, há quem possa dizer que há menos mulheres em cargos superiores porque estas sentem que não são capazes, ou porque optam pela família, ou porque estão sobrecarregadas. Mas "o que os estudos dizem é que a mulher não desiste porque quer, mas porque não lhes são dadas condições", sublinhou Sofia Almeida Santos, frisando que faltam recursos e alternativas.

Dados de 2016 indicam que Portugal é o terceiro país mais desigual, depois de analisados fatores como salários, saúde, conhecimento, entre outros. Na política, a média europeia relativamente à participação feminina é de 26%, enquanto em Portugal é de 18%. A investigadora lembrou que tem havido um aumento de participação política, mas que é sempre minoritária.

Sobre o tempo de ocupação em tarefas domésticas e de cuidado, dados de 2015 indicam que as mulheres trabalhavam mais em casa do que os homens, que por sua vez trabalhavam um pouco mais no emprego. De qualquer forma, regista-se um aumento da participação masculina no trabalho doméstico e há cada vez mais homens que gozam de licenças parentais. "As coisas estão a andar."

Já muito foi feito, mas ainda há muito caminho pela frente. E a Escola, mesmo não substituindo a sociedade, é um contexto forte para promover a igualdade entre os jovens e para desconstruir estereótipos, sendo por isso importante trabalhar estas questões em contexto escolar. Mas é preciso tempo e espaço para que isso possa ser feito.

De referir ainda que, na abertura da sessão, que contou com a presença do projeto musical Disco Voador, a coordenadora do SPN lembrou a importância do 25 de Abril nesta matéria e os avanços conseguidos nas últimas quatro décadas, apesar das desigualdades persistentes. Manuela Mendonça lembrou a desigualdade que existe no mercado de trabalho e que as mulheres são mais atingidas pela precariedade e têm menor peso social. "Há muito combate a travar, por homens e mulheres, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária", referiu.

Maria João Leite
A Página da Educação



SOFIA ALMEIDA SANTOS

A ESCOLA TEM UM PAPEL CENTRAL

Apesar da evolução em matéria de igualdade de género, ainda há um longo caminho a percorrer?

Sim. O campo da igualdade de género e da cidadania está a evoluir bastante positivamente nos vários setores. Na educação, na comunidade civil e nos vários setores que atravessam a sociedade, mas é claro que ainda há muitas medidas, posturas que ainda têm de ser alteradas, sobretudo, ao nível da cultura institucional. As escolas – neste caso em particular, já que estamos num sindicato de professores – têm de criar mais recursos, mais condições, mais oportunidades, mais possibilidades para que raparigas e rapazes sejam quem querem ser, como querem ser, e que fujam desses formatos de género que ainda existem ao nível das áreas de saber, das áreas de conhecimento, das próprias vias de ensino, das profissões, das suas aspirações. Portanto, acho que temos aqui um caminho ainda a fazer para ir ao encontro das aspirações dos jovens de uma forma mais diversa, livre e igualitária.

E a escola tem aqui um papel importante.

Sim, a escola tem um papel central. Não sozinha, obviamente, mas como mais um contexto da nossa vida que tem de estar sempre em articulação com as famílias, com as outras organizações da comunidade civil, com os pares, com os *media* – a parte digital é cada vez mais forte e mais importante na construção dos jovens e na construção de género. E, portanto, a escola tem de estar articulada com estes vários contextos educativos; se não, sozinha também não funciona. Mas passa muito pela escola a promoção de acesso ao conhecimento e acesso aos direitos. É uma questão de justiça social que tem de atravessar a escola, claro.

Mas há dificuldades. Falou em 'overdose' de currículo...

Sim, há dificuldades estruturais ao nível curricular, ao nível das expectativas, ao nível da pressão que é feita também sobre os docentes, ao nível dos *rankings*. Acho que as medidas que têm sido tomadas por este Governo e por este Ministério da Educação têm sido muito positivas na tentativa de esbater um pouco essas pressões e de construir escolas mais livres. Estou contente e acho que o facto de haver preocupação com a formação docente nestas áreas, de haver mecanismos e projetos com o Ensino Superior de levar as ONG [organizações não governamentais] para as escolas, despertar a vontade de participação dos jovens nas diversas áreas, são formas educativas de quebrar barreiras e estruturas muito fechadas que ainda permanecem.

Há iniciativas pensadas e já em curso?

Há muitas coisas que já estão em andamento. A Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e o Ministério da Educação estão a atuar bastante neste sentido, juntamente com várias outras entidades. E, portanto, há muitos projetos e muitas medidas que já estão em andamento. Agora temos de dar um pouco de tempo para ver como é que é interpretado e entendido pelas pessoas que as recebem. É preciso tempo, é uma caminhada, mas que está a ser feita.

ABRIL FOI À ESCOLA EM VIANA



Integrada nas comemorações populares do 25 de Abril em Viana do Castelo, coordenadas pelo Centro Cultural do Alto Minho, uma iniciativa teve como objetivo consciencializar as crianças da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo para a importância da Liberdade e daquele dia na história de Portugal.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem colaborado, desde sempre, quer na organização daquelas comemorações quer, particularmente, em levá-las às escolas. A iniciativa já teve diversos formatos e, nos últimos anos, era dinamizada pelo Centro Dramático de Viana do Castelo, cabendo a parte logística ao SPN. Este ano o CDVC tinha em cena, na mesma data, a peça “Capitão Maia” e não pôde colaborar como sucedeu no passado. Coube ao SPN pôr a iniciativa em marcha, solicitando ao músico Dario Rocha (acompanhante musical da iniciativa nos anos anteriores) que colaborasse mais uma vez, enquanto duas professoras aposentadas (Armanda Santos e Antonieta Brito) se encarregaram da dramatização.

Este ano, a iniciativa percorreu oito estabelecimentos escolares diferentes (tendo realizado mais do que um espetáculo em alguns deles) e é de salientar a alegria com que as crianças vivem aqueles momentos. Anualmente, as solicitações das escolas por aquela iniciativa é de tal ordem que não lhe temos podido corresponder como desejaríamos. Tentamos, contudo, alternar anualmente as escolas para, ao longo do tempo, percorrer todas as escolas básicas do concelho.

AVEIRO FOI AO CALVÁRIO DE AROUCA

No encerramento do ano letivo, e âmbito do plano de atividades da Comissão de Aposentados da Direção Distrital de Aveiro do SPN, realizou-se mais um convívio: no dia 19 de julho, à tradicional caminhada nos Passadiços do Paiva, com almoço, acrescentou-se a visita ao Museu Municipal de Arouca e ao *Calvário em granito*. Mantemos, assim, o propósito de associar ao convívio o conhecimento do património local.



Encontro luso-galaico sobre educação

ROMPER A FRONTEIRA E UNIR ESFORÇOS



O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Confederación Inter-sindical Galega (CIG-Ensino) juntaram-se em Monção, no primeiro de uns encontros que deverão repetir-se de dois em dois anos. Dedicado ao tema “Globalização e os Direitos do Trabalho”, serviu de ponto de partida para o debate sobre o ensino, os professores e o estado da Educação em Portugal e na Galiza.

Países diferentes, regiões diferentes, culturas semelhantes e muitos dos mesmos problemas. A austeridade tocou a todos e as consequências ainda se fazem sentir de um lado e do outro da fronteira. Manuela Mendonça, coordenadora do SPN, e Xesús Bermello, secretário nacional da CIG-Ensino, traçaram retratos da Educação e falaram das principais frentes reivindicativas das duas organizações, que há anos mantêm uma relação de amizade e cooperação.

Manuela Mendonça lembrou o “ciclo de empobrecimento e de austeridade”, quatro anos de medidas que “tiveram um forte impacto nas condições de vida e de trabalho dos portugueses” e, concretamente na Educação, quatro anos de políticas que resultaram, entre outras coisas, na extinção de cerca de 30 mil postos de trabalho. E se com o novo Governo há medidas positivas a salientar, “o que também é certo é que tardam medidas tendentes à valorização da carreira docente, à melhoria das condições de trabalho nas escolas para alunos e professores, ao combate à precariedade e ao rejuvenescimento da profissão, que está hoje muito envelhecida”.

A coordenadora do SPN alertou que os problemas e os desafios vividos noutros países são essencialmente os mesmos, devido às “reformas ideologicamente orientadas”, que têm vindo “a diminuir o investimento público e a agravar as desigualdades sociais”, visando sobretudo “objetivos económicos e de mercado”. Por isso, “o fortalecimento da solidariedade internacional” é fundamental para “contrariar políticas que põem em causa o financiamento da educação, as condições de trabalho dos professores, o diálogo social e mesmo os direitos sindicais”.

Xesús Bermello lembrou a importância de partilhar energias e propostas para a defesa de todos os trabalhadores, sem que o Minho sirva realmente de fronteira. É que os professores do setor público estão a ser “vítimas de um ataque frontal do capitalismo”. “Chama-se globalização, chama-se ataque direto do imperialismo, numa dupla frente. Por um lado, ataca-se a Educação como um serviço público e, por outro lado, atacam-se os nossos direitos como trabalhadoras e trabalhadores”, frisou.

O secretário nacional da CIG-Ensino lembrou os anos de medidas que foram levando à privatização de serviços públicos e ao controlo dos centros educativos, com a introdução de modelos de gestão de empresas privadas nos centros públicos e com mecanismos burocráticos, “o que faz com que a nossa função de docente seja cada vez menor face a esse contínuo movimento de papéis, de avaliações de qualidade e de aplicações informáticas”. Além disso, há o controlo curricular, “a grande arma que os governos têm para tentar que a nossa liberdade de cátedra como docentes e a capacidade de autonomia dos centros docentes seja reduzida ao máximo possível”. Perante tudo isto, é essencial a mobilização dos professores e a sua consciencialização para a luta e para a reivindicação dos seus direitos.

Globalização. Para abordar os efeitos da globalização na Educação realizaram-se ainda duas sessões: a primeira, com Américo Peres (investigador do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto) e Carme Adán Villamarín (catedrática de Filosofia no Instituto de Educación Secundaria do Politécnico de Vigo), com Ana Rodiño (secretária de formação da CIG-Ensino) na moderação; a segunda, com Manuel Carvalho da Silva (sociólogo e investigador da Universidade de Coimbra) e Xosé Manuel Vázquez (professor titular de Direito do Trabalho e Segurança Social na Universidade da Corunha), com Abel Macedo (direção do SPN) como moderador.

O encontro luso-galaico voltará a realizar-se em 2020.

Maria João Leite
A Página da Educação



ALVO A ABATER PELA DIREITA BRASILEIRA

Há uma verdade irrefutável que nenhum juiz, ou conjunto de juízes, conseguirá apagar do passado recente da sociedade brasileira – Lula da Silva, enquanto presidente da nação irmã, deu passos significativos em direção a mais justiça e mais inclusão social. Como nunca antes se haviam dado.

Cerca de 30 milhões de brasileiros – três vezes a população portuguesa, para os mais distraídos – saíram da miséria extrema em que se encontravam durante os mandatos de Lula como presidente. Se, por um lado, este é um número impressionante para todos aqueles que pugnam por um mundo mais justo, por outro lado, constitui a causa principal da sanha persecutória que a oligarquia brasileira desencadeou sobre a sua figura, assente no ódio e na discriminação, na raiva e na vingança.

O povo brasileiro não esqueceu o seu passado, e é por isso que Lula da Silva, mesmo preso, continua a ser apontado como o mais provável vencedor das eleições brasileiras do final do presente ano – esse é o principal receio do novo poder brasileiro, nascido de um golpe de Estado palaciano que derrubou Dilma Rousseff de forma ilegítima e discricionária e que treme de pavor perante a possibilidade de o Brasil voltar a ter um presidente que, antes de tudo, se preocupe com o bem-estar do seu povo.

Em causa está, também, a própria legitimidade do julgamento que encarcerou Lula da Silva, pelo que a demanda da sua imediata libertação continua a ser uma causa que deve mobilizar todos os que rejeitam a judicialização da política a que se assiste no Brasil de hoje.

Abel Macedo

direção SPN

Assinalou-se este ano, a 18 de julho, o centenário do nascimento de Armando de Castro. Intelectual de elevado prestígio e de referência, concluiu a licenciatura em Ciências Jurídicas em 1941 e, no ano seguinte, em Ciências Político-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde contacta com uma geração de intelectuais comprometidos com a realidade social, integrados no movimento neo-realista. Lutador antifascista, sempre solidário e coerente com os princípios que abraçou, foi impedido, por razões de natureza meramente política, de prosseguir a carreira académica, tendo exercido a advocacia não só como meio de subsistência, mas também para criar as condições que lhe permitiram desenvolver os seus trabalhos de investigação nas áreas de Economia Política, História do Pensamento Económico, Epistemologia e das questões relacionadas com o conhecimento em geral. Em 1965, pelo conjunto da obra produzida, recebeu o Grande Prémio Nacional de Ensaio, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores.

Participou no Movimento de Unidade Democrática e, em 1951, subscreveu o pedido de admissão da candidatura do Professor Ruy Luis Gomes à Presidência da República, e mais tarde, também a do advogado Arlindo Vicente (1958). Como advogado, enfrentou os tribunais fascistas, integrando a defesa de 52 jovens do Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil), em 1956/1957, tendo colaborado, também, com os sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários do Norte. Durante mais de 30 anos foi-lhe completamente vedado o acesso ao ensino universitário oficial. Com o fim da ditadura, em abril de 1974, viu reconhecido o seu trabalho no plano académico, sendo convidado para professor e director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

"Coerente, conseqüente, solidário e corajoso, Armando de Castro assumiu papel activo na luta contra o fascismo e em defesa da liberdade e da democracia. Integrou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e as listas da Comissão Democrática do Porto às 'eleições' de 1969. Participou nos três congressos da Oposição Democrática, em Aveiro, apresentando teses sobre 'A Democracia como Necessidade de Sobrevivência Nacional', em 1957, 'Contribuição para a Definição da Problemática Económico-Social Contemporânea do Povo Português', em 1969, e 'Para uma Leitura Teórica dos Condicionismos Socio-Económicos da Acção Democrática', em 1973."

Armando de Castro é, sem quaisquer dúvidas, um dos grandes vultos da ciência e do pensamento económico português. A sua militância política e o seu modo marxista de ver o mundo, constituem, talvez, as razões do esquecimento a que tem sido votado. Lembrar e divulgar o seu percurso e a sua obra é um dever.

Henrique Borges

No centenário do
nascimento de Armando de Castro

UM VULTO DA CIÊNCIA E DO PENSAMENTO ECONÓMICO

"... só tinha uma solução profissional, que era advogar. Advogar nas condições trágicas que era ter sempre o mínimo trabalho possível para poder continuar as minhas investigações. Às vezes descia abaixo desse mínimo e tinha problemas de subsistência económica. Isto foi assim durante mais de trinta anos. Às vezes não tinha dinheiro para pagar a renda de casa. Quando tinha mais um bocado que fazer vivia amargurado, porque não tinha tempo para os meus trabalhos"

[direito aos direitos]

A SAGA DOS CONCURSOS

**Vi-te a trabalhar o dia inteiro / construir as cidades
pr'ós outros / carregar pedras, desperdiçar / muita
força pra pouco dinheiro / Vi-te a trabalhar o
dia inteiro / Muita força pra pouco dinheiro (...)**
Sérgio Godinho, "Que Força é Essa"

Após o início do presente ano escolar, escrevi neste mesmo espaço o seguinte: "O início do ano escolar 2017-2018 foi (está a ser) inevitavelmente marcado pelo concurso de mobilidade interna com vista ao suprimento das necessidades transitórias para os próximos quatro anos, de acordo com a periodicidade temporal definida pela lei." Acrescentei, essencialmente e de forma muito breve, duas ideias principais.

1. Por um lado, o aspeto legal da questão: "Numa visão de maior detalhe importa começar precisamente pela lei vigente e por aquilo que o legislador definiu como necessidades temporárias – "estruturadas em horários completos ou incompletos, são recolhidas pela Direção-Geral da Administração Escolar mediante proposta do órgão de direção do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada." (artigo 27º do DL 132/2012, na redação dada pelo DL 28/2017, de 15 de março). Ou seja, sempre considerei, como considero, que não compete a nenhum órgão do Ministério da Educação, designadamente à DGAE, proceder à definição do que são as necessidades temporárias do sistema educativo.

Note-se que foram intentadas várias ações judiciais destinadas à reposição da legalidade, as quais ainda hoje aguardam sentença pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, onde correm os seus termos sob uma forma de processo urgente: o contencioso dos procedimentos de massa. A especial urgência do processo, que a lei tão detalhadamente prevê, ao estipular expressamente prazos particularmente curtos, traduz-se nesta realidade de, mais de meio ano volvido, continuarmos a aguardar a decisão da primeira instância da jurisdição administrativa.

2. O elemento consuetudinário foi também salientado, tendo então referido que "o concurso de mobilidade interna realizou-se com este mesmo enquadramento legal noutras ocasiões, sendo que nessas o ME sempre disponibilizou horários completos e incompletos a concurso". Podemos, a este propósito, falar da figura jurídica da expectativa tutelada, mas, mais do que isso, falamos objetivamente do comportamento de uma entidade empregadora pública para com os seus trabalhadores, que, sem qualquer aviso ou alteração legal que o fizesse prever, decide alterar a lógica das colocações dos professores em mobilidade interna (começando pela sua geografia) e, com isso, o destino de milhares de trabalhadores e respetivas famílias.

Este argumento, menor aos olhos da Justiça (injustificada e infelizmente, em meu modesto entender), não pode passar incólume numa era em que todos pretendemos uma sociedade justa e verdadeiramente igualitária e ausente de desigualdades, neste tempo contemporâneo em que quem governa refere palavras sobre a importância do papel das famílias na sociedade, num tempo em que, finalmente, são ouvidas mulheres de vozes firmes que, com os seus inimagináveis contributos, nos lembram do seu papel como mães e da forma como o mercado de trabalho e os empregadores públicos ignoram e penalizam esse papel, hoje mais decisivo do que nunca.

Incompreensível 1. Quem toma estas decisões, saberá, porventura, o que sucede a uma mãe que nos últimos 10 anos sempre cumpriu o seu período normal de trabalho a uma distância de casa que lhe permitia estar diariamente com os seus, contribuindo para a sua criação e educação, e, entretanto, se vê a centenas de quilómetros da família e limitada a visitas semanais a casa?

Acredito que sim, que quem nos governa consiga parar um minuto para pensar. Creio até que, num assomo de figuras de Estado, haverá governantes que compreenderão que não são apenas custos pessoais, mas decisões com verdadeiro impacto social, educacional e de futuro. Nem sequer vou regressar à motivação, ou ausência da mesma, que estes docentes continuam a experimentar. Contudo, essa consciência da capacidade de perceção destas palavras é o que verdadeiramente me assusta, pois, a existirem (como verdadeiramente e sem qualquer ironia acredito), que outras razões ou imperativos poderão justificar estes factos?

A minha incapacidade de compreensão não permite chegar sequer próximo da solução para esta pergunta. De qualquer forma, escusam de levantar o sobrolho os que defendem e escrevem razões de poupança, alegadas e não demonstradas, sobretudo quando a história se passa no país em que os mesmos governantes decidem onerar a incapacidade própria e alheia em quantias que se cifram naqueles números impronunciáveis e salvadores da banca e dos seus premiados administradores.

Perdoem-me, mas podem manter o sobrolho em baixo. Não faço aqui a apologia da falta de intervenção do Estado (o espaço, o tempo e a ausência de conhecimentos de quem escreve sobre a matéria não permitem), apenas relaciono números, proporcionalmente e para ilustrar o que são gotas em oceanos despesistas.

Mais do mesmo. Relembra a minha opinião aqui escrita, o que é verdadeiramente de pasmar é que o mote da preparação para o próximo ano escolar seja exatamente o mesmo concurso. Porquê? Razões seguramente insondáveis, e que não atinjo. Sem querer transformar este escrito numa sucessão de desculpas evitáveis, aqui as peço, para contar de forma mais ou menos vaga os factos. Há cerca de dois meses, a senhora secretária de Estado da Educação, que assumiu a tomada de decisão quanto ao concurso da mobilidade interna, fez apresentar à votação parlamentar um decreto-lei (nº 15/2018, de 7 de março) que permitia a renovação da colocação de todos os docentes dos quadros a quem fossem atribuídas seis horas letivas. O mesmo diploma previa a possibilidade de renovação de mais de 5000 docentes contratados a termo resolutivo com horário completo (sobre precariedade estamos novamente conversados!), apesar de mais de 3500 docentes dos quadros (integração extraordinária) por colocar.

Sucedeu que este diploma foi rejeitado com os votos das bancadas parlamentares do CDS-PP, PSD, PCP e BE, numa conjugação insuspeita

e que atesta a qualidade das soluções apresentadas. Em seguida, o Parlamento propôs e fez aprovar um novo concurso para o próximo ano escolar. E o que fez o Governo? Suscitou a inconstitucionalidade de um único ponto de uma norma jurídica: aquele que prevê (de acordo com o entendimento do Governo) a possibilidade de atribuição de horários completos e incompletos aos docentes opositores à mobilidade interna.

Incompreensível 2. Aqui chegado, não consigo deixar de dizer o duplamente óbvio, propositadamente ignorado e repetido por um verdadeiro coro de cartilheiros (novamente a minha remissão de culpa, mas há qualquer coisa no vocábulo que me diz muito sobre os visados):

- nenhum professor opositor ao concurso de mobilidade interna concorre a horários sejam de que natureza for – os docentes concorrem a escolas e agrupamentos de escolas;

- não há horários completos ou incompletos para os professores dos quadros, todos são completos – quer sejam atribuídas 22 horas letivas ou menos, todos são compostos pelas 35 horas de período normal de trabalho a que os trabalhadores em funções públicas estão obrigados; as componentes que compõem essas horas é que podem divergir entre mais ou menos horas letivas, mais ou menos serviço de estabelecimento, como acompanhamento a alunos, tutorias, etc. Estes são os pressupostos falsos que, repetidos *ad nauseam* têm orientado a discussão sobre o tema. Se tantos expedientes, esforços e meios se dirigissem a aspetos decisivos estaríamos seguramente melhor.

Regressando à breve narrativa, e porque o final do tema não acontecerá seguramente nestas páginas, o pedido de fiscalização da constitucionalidade promovido pelo Governo é tão legítimo como surpreendente – hesitei na escolha da palavra ‘raro’, deixando ao leitor a que melhor se adequa. O último Governo a promover semelhante procedimento foi o de Cavaco Silva, há qualquer coisa como 27 anos, segundo consta. Quase três décadas, portanto.

Nova preocupação minha, pois o pedido de fiscalização foi acompanhado por uma entrevista da senhora secretária de Estado da Educação, que anuncia que estamos perante uma medida capaz de lesar o orçamento em 44 milhões de euros...

Confesso não ter lido ou percebido a operação aritmética que logrou tal desiderato, mas espero ter sido um lapso meu.

José Miguel Pinho
advogado SPN

PROFESSORES SÃO O SEGREDO DA EDUCAÇÃO



O sucesso da educação finlandesa está associado a um sistema de ensino inteiramente gratuito, onde a escolaridade obrigatória só começa aos sete anos e as crianças passam menos tempo na escola do que em Portugal. Os trabalhos de casa são quase inexistentes e não há exames nacionais. Os professores têm autonomia para definir os recursos utilizados e não são avaliados. Todos têm mestrado, formação específica e são muitos os que não conseguem entrar nos cursos que abrem as portas à docência.

A qualidade do ensino finlandês é sublinhada anualmente nos testes PISA, *Programme for International Student Assessment*, mas, apesar dessa reputação, Helsínquia avançou com uma reforma educativa. O objetivo é adaptar o ensino finlandês ao século XXI, tirando proveito das novas tecnologias e privilegiando competências em detrimento de matérias.

Qual é o segredo do modelo educativo finlandês?

Se tivesse que referir apenas um segredo do modelo finlandês, diria que são os professores. Os professores finlandeses são muito respeitados pela sociedade finlandesa, estão muito motivados e bem formados, inclusive com mestrado. Damos-lhe uma grande autonomia pedagógica. Como temos visto, o facto de termos professores com independência, tão motivados e bem formados e em quem podemos confiar traz ótimos resultados. Toda a sociedade finlandesa acredita na educação e confia nos professores.

Não têm qualquer sistema de avaliação de professores. Acreditam neles pela formação que lhes deram antes?

Sim. Não há exames standardizados no sistema de ensino finlandês. Não queremos ter esse tipo de controlo feito pelo Governo ou

pelo ministério. Os nossos professores são profissionais, escolhem os seus próprios materiais pedagógicos e sabemos que escolhem os melhores métodos. Este modelo tem dado muito bons resultados, como temos visto, por exemplo, nos testes PISA.

Apesar dos bons resultados, avançaram recentemente com uma reforma do currículo. Quais as principais diferenças?

O mundo está a mudar muito rapidamente, o que significa que também nós temos de desenvolver a educação e trazer ideias novas. Há uma grande relação entre investigação e o desenvolvimento da educação na Finlândia.

Com o currículo que estamos a implementar, queremos evidenciar não só o conhecimento, mas também as competências futuras que serão necessárias. Por exemplo, usamos um modelo de ensino que se baseia no 'acontecimento' – não sei se esta é a palavra mais adequada para descrever este modelo, mas o que queremos é que haja uma grande cooperação entre professores e diferentes disciplinas. Colocamos um acontecimento no centro e depois analisamo-lo através de diferentes perspetivas e disciplinas.

Além disto, trabalhamos as competências de que os alunos precisarão no futuro, como o espírito crítico, as competências sociais e a comunicação.

Esta reforma é consensual na sociedade e entre os partidos políticos ou é expectável que, no futuro, estas mudanças sejam revertidas?

Na Finlândia, toda a sociedade valoriza a educação. Quando desenvolvemos a educação, os profissionais, professores e investigadores, estão no centro do debate. Não são os políticos. Nós não mexemos

A Finlândia implementou um currículo nacional que enfatiza a aprendizagem interdisciplinar e centrada no aluno. Em recente entrevista à RTP, aquando da participação na Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente, realizada nos dias 22 e 23 de março em Lisboa, Sanni Grahn-Laasonen apontou os professores como chave do sucesso finlandês e defende a aposta na sua formação. A ministra da Educação enaltece a autonomia das escolas e relaciona a motivação dos alunos com o sucesso escolar, assumindo o objetivo de tornar a escola mais divertida.

nos currículos, são feitos por profissionais, nomeadamente professores. Depois, damos uma grande autonomia aos professores e às escolas para escolherem como e quando ensinam e os materiais que utilizam.

Regem-se pelo princípio de uma intervenção mínima da política na educação?

Sim. É claro que a legislação vem do ministério e do Governo. Mas, depois disso, os municípios é que são responsáveis por organizar as escolas e a educação. E os professores têm um papel muito importante.

Em Portugal, também estamos a debater a autonomia das escolas. Por onde devemos começar para lhes dar mais autonomia?

Nunca me sinto muito confortável para dar conselhos porque acredito que as decisões devem ser tomadas pelos próprios países. O que digo sempre é que é muito importante que a formação de professores seja de grande qualidade. Se a formação for boa, os próprios professores podem tomar as decisões e serem responsáveis pela aprendizagem.

Apesar da grande qualidade do ensino finlandês, o que precisa ainda de ser melhorado?

Atualmente, ainda estamos a implementar o novo currículo. Estamos também a investir novamente na educação de professores. Há ainda várias reformas em curso, nomeadamente no Ensino Secundário e no Ensino Vocacional. Estamos também a trabalhar nos primeiros anos de escolaridade; é muito importante porque é o começo de tudo, onde se transmitem as bases.

Tem ideias concretas das medidas a implementar?

Sim. Por exemplo, estamos a aumentar a participação nos primeiros anos de escolaridade e a desenvolver um método pedagógico para a Educação Pré-Escolar. Temos um sistema a que chamamos Educare, que é uma combinação entre educação (edu) e cuidado/carinho (care). Queremos estar muito centrados na criança e respeitar a sua infância. A aprendizagem também passa por brincar, divertirem-se e fazerem parte de um grupo.

Apesar de serem apontados como exemplo a nível mundial, têm descido ligeiramente nos resultados dos testes PISA. É algo que a preocupa?

É claro que me preocupa, mas esta é também uma tendência em muitos países ocidentais. Por agora, estamos a avançar com o

novo currículo e quero ver as nossas crianças mais motivadas e a perceberem o quão importante para o seu futuro é aprender. Há uma forte relação entre motivação e bons resultados educativos e é por isso que temos de nos focar em tornar a escola mais divertida.

É muito importante ter bons resultados no PISA ou este é um mero resultado da política seguida?

É claro que é bom quando percebemos que o nosso sistema educativo funciona muito bem e nos dá bons resultados nos testes PISA. Mas não é algo em que estamos muito focados. Não estamos a treinar as nossas crianças para o PISA. Nunca gostei desta ideia. Queremos olhar para o mundo e para o futuro e perceber como podemos preparar as nossas crianças e jovens para o mercado do trabalho de amanhã. Não estamos a trabalhar para o PISA, mas é claro que ficamos contentes pelo facto de a Finlândia continuar a ter resultados tão bons.

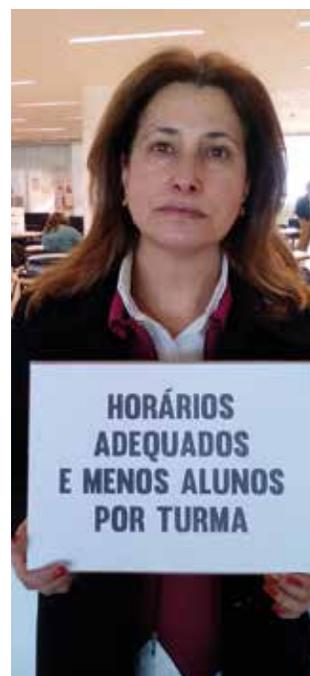
Na União Europeia falamos muito de Economia, Segurança, Defesa, mas não falamos tanto de Educação. O que pode ser feito a nível europeu para melhorar a Educação?

Talvez devêssemos falar mais, no âmbito da cooperação europeia. Acredito que este é um bom momento para falarmos do futuro da União Europeia e acho que é muito importante para a nossa competitividade que haja investimento em Educação, como por exemplo nos programas Erasmus + e Horizon, que nos deram tanto valor acrescentado. Devemos investir nestes domínios: intercâmbio de estudantes, investigação, ciência e inovação.

Deveríamos trabalhar para tornar os sistemas educativos europeus mais semelhantes entre si ou deixar cada país ter as suas especificidades?

Devemos deixar que cada país tenha o seu modelo educativo. Mas podemos aumentar a cooperação, partilhar ideias e investir nos mecanismos de cooperação que já existem como o intercâmbio de estudantes e programas de investigação conjuntos. Devemos continuar isto e, no futuro, talvez aprofundar esta cooperação.

*Entrevista realizada
por Christopher Marques
para a RTP [22.mar.2018]*



Os primeiros resultados do 'Inquérito nacional sobre condições de vida e trabalho na Educação' foram apresentados no dia 6 de julho, no Fórum Lisboa, num Encontro Internacional sobre o Desgaste na Profissão Docente.

Sendo objetivos do inquérito conhecer melhor as causas do desgaste profissional, identificar consequências e dar visibilidade à necessidade de medidas que permitam combatê-lo, numa primeira análise fica claro que não estamos perante um problema individual que diga respeito a cada um dos docentes, mas sim à organização do trabalho. Segundo o inquérito, as causas são múltiplas e diversificadas, mas o destaque vai para a burocracia, a indisciplina dos alunos, o atual modelo de gestão e a idade. Há uma ligação direta entre o índice de *burnout* e a idade (aumentando significativamente a partir dos 55 anos). Neste cenário não é de estranhar que 84 por cento dos inquiridos desejem aposentar-se antecipadamente.

Sendo a síndrome de *burnout* analisada com referência a três grandes indicadores (esgotamento emocional, realização profissional e despersonalização), o estudo conclui que, sendo elevadíssimos os índices de exaustão emocional (76,4%) e de não realização profissional (42,5%), é surpreendentemente baixo o índice de despersonalização (7,6%).

Este é um dado da maior relevância, porque, ao contrário do que seria de esperar face a resultados de estudos semelhantes, apesar do desgaste que os professores sentem e das condições difíceis em que exercem a profissão, mais de 90% dos inquiridos gostam de ser professores, gostam de trabalhar com os alunos e preocupam-se com eles. E também por isso estão mais sujeitos a elevado desgaste emocional.

BURNOUT É PROBLEMA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Dois milhões de dados. O inquérito resultou do estabelecimento de uma parceria entre a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a partir do qual um grupo interdisciplinar de investigadores de várias universidades, coordenados por Raquel Varela, elaborou um estudo científico.

A recolha, efetuada entre março e abril deste ano, teve como universo os educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário, dos setores público e privado (excluindo os cerca de 10 mil docentes que se encontram em situação de baixa médica), que, desta forma, participaram num dos mais importantes inquéritos nacionais e internacionais realizados sobre o desgaste na profissão docente, relativo às perceções subjetivas da sua condição de trabalho e de vida que ajudam a compreender as causas do desgaste que os afeta. Foram validados mais de 15 mil inquéritos, disponibilizando mais de dois milhões de dados resultantes das mais de 150 perguntas do inquérito. A análise final dos dados recolhidos será objeto de divulgação nacional e em publicações internacionais da área, com arbitragem científica.

Pelo rigor científico, o estudo constituirá um importante instrumento a utilizar pela Fenprof no plano reivindicativo, nomeadamente, para exigir medidas que eliminem os fatores de desgaste, contribuindo positivamente para o bem-estar dos docentes, a melhoria das aprendizagens dos alunos e a vida das escolas.



DESGASTE

PROFISSÃO DOCENTE

76% apresentam sinais de **esgotamento emocional**

48% sinais muito preocupantes **24%** sinais críticos ou extremos

43% não se sentem realizados profissional/pessoalmente

84% anseiam pela **aposentação antecipada**

*Inúmeros fatores contribuem para esgotamento, cansaço e desgaste
Forte relação entre esgotamento emocional e idade/tempo de serviço
Desgaste não é problema individual, mas de organização do trabalho*

PROFESSORES NUNCA ESQUECEM QUE SÃO PROFESSORES!

*mesmo exaustos, mantêm o compromisso
profissional e a dedicação aos alunos*



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 119214



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEO1822015CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

nesta edição

- a abrir
02. **Paulo Sucena é sócio honorário do SPN**
- editorial
03. **Professores não desistem!**
- destaque
05. **Seria útil continuar a greve além de 13 de julho?**
06. **Crónica de uma luta que vai continuar**
08. **Ó colega, nunca se viu nada assim!**
12. **Postais da greve a Norte**
14. **Resenha de uma luta não acabada**
- ação sindical
17. **Urge erradicar a violência no espaço escolar
Escolas privadas denunciadas à ACT**
- do superior
18. **PREVPAP: o mandarinato e o interesse público**
- política educativa
20. **Flexibilidade, fragmentação, hegemonia, democracia**
22. **A flexibilização curricular na área do SPN**
24. **O Estado e a expansão da EPE**
- notícias spn
26. **Bem-vindo a este farol a alumiar ao Norte!**
27. **Paulo Sucena: “Eu tenho amor a este sindicato”**
28. **Por uma sociedade mais justa e igualitária**
29. **Sofia Almeida Santos: “A escola tem um papel central”**
30. **Abril foi à escola em Viana | Aveiro foi ao Calvário de Arouca**
31. **Romper a fronteira e unir esforços**
- figuras
32. **Alvo a abater pela direita brasileira**
33. **Um vulto da ciência e do pensamento económico**
- contencioso
34. **A saga dos concursos**
- vemos, ouvimos e lemos
36. **Sanni Grahn-Laasonen: “Professores são o segredo da educação”**
- a fechar
38. **Burnout é problema da organização do trabalho**

spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - n.º 76
abr - jul 2018
spninfo@spn.pt